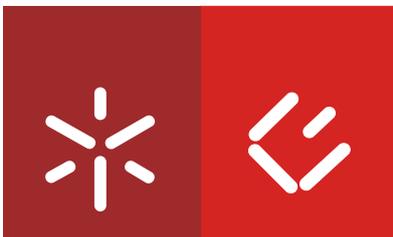


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Sandra Patrícia Rego Ramos

**O emprego no Terceiro Setor – uma  
análise comparativa**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Sandra Patrícia Rego Ramos

## **O emprego no Terceiro Setor – uma análise comparativa**

Dissertações de Mestrado  
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Paulo Reis Mourão**

## DECLARAÇÃO

Nome: Sandra Patrícia Rego Ramos

Endereço Eletrónico: spramos@gmail.com

Título da Tese de Mestrado:

O emprego no Terceiro Setor – uma análise comparativa

Orientador:

Professor Doutor Paulo Reis Mourão

Ano de Conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Economia Social

AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 17 de Dezembro de 2012

---

(Sandra Patrícia Rego Ramos)

Ao meu avô, com saudades



## **Agradecimentos**

Ao professor doutor Paulo Reis Mourão. Pela dedicação, incentivo e motivação.

Pelas suas palavras de apoio durante este longo percurso.

À minha mãe, pela luta do dia-a-dia. Ao meu pai pelo optimismo. À minha avó pela persistência. À minha tia pela coragem. Ao Sérgio pela serenidade.

Por terem abdicado do nosso tempo em prol deste trabalho.

A todos os professores do Mestrado de Economia Social pelos conhecimentos transmitidos.

A todos, Obrigada.



## **Resumo**

Com a proliferação de Organizações Sem Fins Lucrativos que se encaixam, juridicamente, num terceiro setor que não pertence ao Estado nem ao Mercado, torna-se pertinente analisar o impacto deste na economia atual. Assim, com o presente estudo pretende-se analisar quais as determinantes que permitiram o crescimento e a solidificação do Terceiro Setor, bem como as taxas de empregabilidade e os salários que apresenta.

Pretendeu-se dar especial enfoque às razões da expansão, importância e dimensão do Terceiro Setor, articulando e analisando as diferentes concepções teóricas e aos dados estatísticos existentes. Após ter-se destacado, nos diferentes estudos, as variáveis (PIB, nível de impostos, intervenção estatal, taxas de pobreza) que justificam a expansão do Terceiro Setor, procurou-se, através de testes econométricos, corroborar a existência de uma relação positiva entre ambos. Salienta-se que, definitivamente, a população ativa, a taxa de crescimento de um país (PIB) e a dimensão da agricultura são determinantes para o crescimento do Terceiro Setor. Quanto à questão da empregabilidade, nomeadamente, os salários auferidos no Terceiro Setor, as variáveis PIB e o nível de impostos de um país surgem associados positivamente.

Apesar de existir diferentes teorias e causas para o crescimento deste setor é indubitável que esta proliferação do Terceiro Setor apresenta múltiplas causas e teve o seu auge nas últimas décadas, apresentando um impacto significativo na economia e desenvolvimento local e global.

Num momento de conjuntura económica e social torna-se um desafio perceber como o Terceiro Setor irá responder e continuar trilhar o seu percurso.

Palavras chave: Terceiro Setor, Crescimento, Emprego, salários, PIB.



Title: Employment in the Third Sector – A comparative analysis

## **Abstract**

With the proliferation of Nonprofit Organizations that fit, legally, in a Third Sector that does not belong to the State neither to the Market, it becomes relevant to analyze the impact of this sector on the current economy. Thus, the present study aims the analysis of the determinants which allowed the growth and the solidification of this Third Sector, as well as the assessment of the employment rates and wages in the sector.

Special attention is given to the reasons of the development, size and importance of the Third Sector, being the diverse theoretical concepts and statistical data articulated and analyzed. Hence, after becoming prominent from different studies which variables justify the growth of the Third Sector (GDP, taxes, state intervention and poverty rates), we try, through econometric tests, to corroborate the existence of a positive relationship between them. It is observed that the active population, the growth rate of a country (measured by the GDP) and the size of agriculture indeed are crucial variables to the enlargement of the sector. About the employability subject, including the earned wages in the sector, the variables GDP and the level of taxes in a country appear positively associated.

Although there are different theories and reasons for the growth of this sector, it is indubitable that this proliferation has multiple causes and had its heyday in the recent decades, with a significant impact on the economy and local and global development.

At a time of economic and social crises, it becomes a challenge to see how the Third Sector responds and continues his own maturity.

Key Words: Third Sector, Growth, Employment, Wages, GDP



## **ÍNDICE DE CONTEÚDOS**

ÍNDICE DE CONTEÚDOS .....	xi
ÍNDICE DE TABELAS .....	xii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xiv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xv
I – INTRODUÇÃO.....	1
II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	5
1. Evolução histórica e definição do Terceiro Setor.....	5
2. A força económica do Terceiro Setor.....	8
3. O Terceiro Setor e os modelos de Estado Social .....	18
4. Sustentabilidade e Profissionalização do Terceiro Setor.....	28
5. O que atrai as pessoas para o Terceiro Setor?.....	32
6. Razões para o crescimento do Terceiro Setor .....	36
7. Síntese do capítulo.....	46
III – DADOS ESTATÍSTICOS.....	47
1. Base de dados.....	47
2. Metodologia de análise e resultados.....	51
IV - IMPLICAÇÕES .....	58
V - CONCLUSÃO .....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	65
ANEXOS.....	72
Anexo 1 – Quadro síntese do Terceiro Setor e os modelos de Estado Social.....	72
Anexo 2 – Base de Dados .....	75

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1 – O crescimento do emprego no Terceiro Setor e o crescimento total do emprego (Citado em Westlund, 2003:167) .....	9
Tabela 2 – Síntese das razões que atraem as pessoas para o terceiro Setor	36
Tabela 3 – Síntese das razões explicativas da emergência / crescimento do Terceiro Setor.....	43
Tabela 4 – Variáveis, fontes e autores .....	47
Tabela 5 – Estatísticas Descritivas.....	50
Tabela 6 – Resultados - Variável dependente: população empregue no Terceiro Setor) .....	51
Tabela 7 – Resultados - Variável dependente: salário médio das pessoas empregues no Terceiro Setor.....	54

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Percentagem de população empregue no Terceiro Setor em 1995, segundo o estudo efetuado por Zimmer (2000) .....	13
Gráfico 2 – Percentagem de população empregue no Terceiro Setor, segundo os dados do estudo da Universidade John Hopkins, presente em Franco, Sokolowski, Hairel, Salamon (2005).....	14
Gráfico 3 – Percentagem de população empregue no Terceiro Setor de acordo com os dados disponíveis no estudo de Vivet e Thiry (2000) .....	15
Gráfico 4 – Percentagem de população empregue nas associações, cooperativas e mutualidades, segundo o estudo de Vivet e Thiry (2000) .....	16
Gráfico 5 – Síntese dos Resultados .....	56

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Contribuição do Terceiro Setor no Emprego e Desenvolvimento Local, segundo Campbell (1999).....	12
--	----

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CIRIEC - Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et coopérative

CNP - John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project

EUA – Estados Unidos da América

PIB – Produto Interno Bruto

ONG – Organizações Não Governamentais

UE – União Europeia

US – United States



## I – INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor, como parte integrante da economia de um país, tem vindo a ganhar importância e visibilidade junto das mais variadas personagens do cenário político e económico Europeu. Como refere Fenger (2002) a comunidade científica e política tem dado atenção ao setor não lucrativo como um modelo de governação no Estado-providência.

As análises mais recentes que os vários autores têm feito centram-se, sobretudo, na relevância e evolução que este setor verifica, no peso para a economia, nomeadamente, através da produção e distribuição de serviços, na criação e manutenção de postos de emprego. Neste sentido, Anheier (2002) salienta que se deve olhar para o Terceiro Setor como um estratégia chave num contexto de desenvolvimentos fundamentais que se tem verificado na sociedade europeia. Na década de 80 e 90, autores como Weisbrod (1998) citado em Pevcin (2012) e Salamon e Anheier (1996a) enfatizavam nas suas análises sobre o Terceiro Setor os aspetos microeconómicos, tendo como preocupação principal perceber o aparecimento deste setor.

Reis (2003) refere que o Terceiro Setor apresenta, atualmente, uma importância significativa não apenas devido à sua expressão quantitativa, mas também pelo seu carácter estruturante e o seu papel na vida económica e social.

Apesar deste setor se encontrar num crescimento gradual, a sua conceptualização ainda continua a suscitar dúvidas e debates no meio académico e científico, sendo essencial promover a sua afirmação nas ciências sociais e políticas. Deste modo, para se entender o conceito é imprescindível analisar a sua evolução histórica e perceber os seus diferentes conceitos, tendo em atenção as suas especificidades nos diversos países. Esta multi-definição advém do facto de abarcar “*uma realidade social heterógenea e difusa*” (Quintão, 2004:28). Para além da abrangência da definição do Terceiro Setor ser enorme, o seu campo de ação é, igualmente, amplo, não permitindo uma clareza conceptual e variando de acordo com o “*desenvolvimento e reconhecimento, de país para país, devido a fatores económicos, históricos, políticos, sociais e culturais*” (Ramos, 2011:83). Em Portugal, especificamente, a comunidade científica e política alterna entre o conceito de Economia Social

e Terceiro Setor. No estudo desenvolvido por Vivet e Thiry (2000) consta que em Portugal, a par de países como a França, a Itália e a Espanha, o termo Economia Social prevalece e tem maior aceitação. Contudo, salienta-se que em estudos de vários investigadores como Ferreira (2000, 2006), Quintão (2004), Almeida (2005, 2011) o termo utilizado é Terceiro Setor. No presente estudo, opta-se, igualmente, por se fazer referência ao Terceiro Setor, por o considerar realmente um terceiro setor da economia, diverso do Estado e do setor privado (Mercado), tal como refere Andrade e Franco (2007:7) “*a organização social, política e económica de um país poder-se-á, de uma forma simples, considerar como resultado da atividade de três setores: o setor público, o setor privado empresarial e o terceiro*”. Apesar de o Terceiro Setor ter ganho visibilidade e reconhecimento nas últimas décadas junto da comunidade científica e académica, a sociedade em geral não reconhece, de um modo claro, o conceito nem a que se refere e as pessoas que o conhecem têm dificuldade em delimitar o mesmo (Andrade e Franco, 2007).

A ação do Terceiro Setor verifica-se a vários níveis, nomeadamente, ao nível económico, do ponto de vista do emprego e da luta contra o desemprego, da luta contra a pobreza e exclusão social, na criação de um modelo social europeu e no desenvolvimento local (Quintão, 2004). No presente estudo, será enfatizado o Terceiro Setor como uma força económica e como motor de criação de emprego, direta ou indiretamente, bem como a análise à sua evolução histórica e às diferentes teorias explicativas sobre o seu crescimento. Para se proceder à corroboração dos dados qualitativos, será feita, igualmente, referência a estatísticas de diferentes estudos relativos às taxas de empregabilidade e às variáveis que determinam o crescimento do setor.

É de salientar que nos últimos anos se tem verificado um crescente interesse nos comportamentos do mercado de trabalho do Terceiro Setor, bem como das pessoas aí empregues. Esta motivação pode ser justificada pelo aumento quantitativo do setor em termos de produção e emprego, tal como salienta Lanfranchi e Narcy (2006), no seu estudo. Por sua vez, Ferreira (2006) refere que, desde os anos 80, o Terceiro Setor é encarado pela UE como uma solução possível para o declínio do emprego. Deste modo, a UE tem definido e implementado políticas sociais e económicas direcionadas para o combate ao desemprego, sugerindo que estas deverão ser aplicadas, igualmente, pelas

organizações do Terceiro Setor. No decorrer do estudo, será possível perceber as diferentes taxas de emprego no Terceiro Setor nos diversos países da UE, sendo que Portugal apresenta as taxas mais baixas, comparativamente, aos restantes países. Esta diferenciação poderá ser justificada por várias variáveis, como por exemplo, através dos níveis de riqueza, nível de despesa pública, nível de impostos ou de índices de pobreza.

Atualmente o Terceiro Setor, apesar de ser um setor desconhecido para muitos, é considerado uma força económica significativa (Andrade e Franco, 2007) e exerce influência em vários setores da sociedade. Sendo considerado, igualmente, uma entidade empregadora, com cerca de 8879546 pessoas empregues, na Europa (Vivet e Thiry, 2000).

O Terceiro Setor é conotado por privilegiar os princípios da solidariedade, da responsabilidade e da primazia das pessoas face ao capital (Parente, 2009), sendo que as pessoas empregues no mesmo identificam-se com estes valores (Mirvis e Hackett, 1983). Deste modo, o capital não surge como prioridade para as pessoas que exercem funções laborais no Terceiro Setor. Lanfranchi e Narcy (2006) utilizam o termo *labour donation* (doação do trabalho) já que as pessoas aí empregues não procuram somente uma recompensa económica mas sentem-se atraídas pelos valores e objetivos morais, políticos e éticos das organizações deste setor, que visam e procuram o bem-estar social dos indivíduos e o bem comum.

Na literatura revista sobre o Terceiro Setor, surgem diferentes teorias explicativas sobre o desenvolvimento e impacto do mesmo na sociedade e a sua mais-valia para a economia global de um país. Por isso, será também objetivo deste estudo definir determinantes que justifiquem este aumento e, sobretudo, expliquem a variabilidade do peso do Terceiro Setor nos diferentes países. Pode-se afirmar que não existe apenas uma causa para o crescimento de um setor tão diversificado como este, pelo que deve ter-se em conta um leque diversificado de características demográficas, sociais, políticas e económicas.

Assim sendo, o estudo rege-se pelos seguintes objetivos:

- Perceber as várias conceptualizações existentes sobre o Terceiro Setor, nomeadamente fazer referência à existência de diferentes designações

e terminologias (Economia Social, Terceiro Setor, Terceiro Sistema, Setor das Organizações não Lucrativas);

- Delinear um referencial teórico e conceptual sobre o Terceiro Setor;
- Verificar quais as taxas de emprego existentes no Terceiro Setor, de modo a perceber a sua dimensão e importância na economia atual;
- Identificar quais as determinantes que influenciam as taxas de emprego no Terceiro Setor, como por exemplo o PIB *per capita*, os níveis de pobreza;
- Compreender o impacto do Terceiro Setor na economia e na sociedade atual através da análise da sua empregabilidade, através da apresentação de uma análise detalhada sobre a dimensão do Terceiro Setor;
- Contribuir para a consistência teórica-conceptual do Terceiro Setor e para o seu reconhecimento enquanto setor que gera trabalho.

Inicia-se o estudo com a revisão da literatura dando ênfase às várias designações existentes e à evolução histórica do setor. Aborda-se o setor como motor que gera economia e como uma força económica, referindo e comparando as diferentes taxas de empregabilidade verificadas em vários países. De forma a se compreender as determinantes e as especificidades deste setor nos vários países, procede-se a uma análise comparativa dos vários modelos sociais vigentes, sintetizando os mesmos para uma análise mais detalhada. Para uma melhor perceção deste setor com características tão específicas, torna-se pertinente analisar as causas da origem e da proliferação do setor.

O terceiro capítulo é constituído pela base de dados onde se encontram as variáveis definidas durante a revisão da literatura, o modelo de análise estatístico utilizado, bem como os dados que surgem das equações realizadas. Para além das tabelas onde constam os dados estatísticos, é feito igualmente, uma análise dos resultados obtidos recorrendo à literatura científica existente.

No quarto capítulo abordam-se as implicações e os desafios que têm origem na análise da bibliografia e dos dados estatísticos, alternando entre momentos de corroboração teórica, previamente já identificada na revisão bibliográfica, com os dados resultantes das estatísticas.

## II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 1. Evolução histórica e definição do Terceiro Setor

Como referem Salamon e Anheier (1996b), tem-se assistido, a um nível global, a uma contínua inovação social, que se verifica particularmente com a emergência das organizações sem fins lucrativos, onde se desenvolvem atividades de âmbito privado mas com objetivos públicos. Apesar das raízes deste conceito existirem há mais de cem anos na história europeia (Bidet, 2006), somente a partir da década de 80, os vários pensadores científicos iniciaram a focalizar os seus estudos nas organizações não lucrativas e na contribuição que estas davam ao crescimento da economia. O Terceiro Setor tem atraído as atenções, das classes científicas e políticas europeias, como um modelo de governação inserido no *Welfare State*. Deste modo, a UE tem vindo a adotar um papel mais ativo no desenvolvimento de políticas sociais, nomeadamente na promoção de políticas e estratégias direcionadas para as organizações do Terceiro Setor (Anheier, 2002:1).

A terminologia Terceiro Setor é usada frequentemente para definir todas as atividades económicas das organizações que não se encaixam nem nos poderes públicos nem nas empresas privadas com fins lucrativos, ou seja, nem no Estado nem no Mercado. No contexto geral europeu, o Terceiro Setor aparece tradicionalmente associado a outros sinónimos como por exemplo, Terceiro Sistema, Setor Não Lucrativo, Sociedade Civil, Economia Social e Voluntariado, dependendo de determinado país. Porém, este último termo, utilizado usualmente no Reino Unido, tem-se dissolvido sobretudo devido à rápida profissionalização e evolução económica do Setor. Por sua vez, no início do século XIX, alguns economistas (Walras<sup>1</sup>, Gide<sup>2</sup> e Weber<sup>3</sup>) usaram a terminologia Economia Social com o intuito de sensibilizar a ciência económica

---

<sup>1</sup> Leon Walras (1834 - 1910) economista e matemático francês., associa-se à escola liberal “*que coloca a sua perspectiva teórica na liberdade da economia e no afastamento da intervenção do Estado*” (Caeiro, 2008:62).

<sup>2</sup> Charles Gide (1847-1932) professor e economista francês que teve um papel fulcral na caracterização da Economia Social francesa. Gide “*marca um período áureo da economia social francesa, e concretiza o espírito do solidarismo pelo qual será possível a abolição do capitalismo e do proletariado sem sacrificar a propriedade privada nem as liberdades provindas da revolução*” (Caeiro, 2008: 62). Gide pensou a economia social como um ramo da ciência económica.

<sup>3</sup> Max Weber (1864 - 1920) intelectual alemão, economista e considerado um dos fundadores da sociologia.

para a introdução de valores baseados na ética, na moral e na cultura nas relações económicas para além da lógica do interesse e do lucro do mercado. Inicialmente, a Economia Social era considerada somente como uma abordagem teórica baseada no liberalismo mas, posteriormente, tornou-se um setor integral da economia (Bidet, 2006). Alguns pensadores do liberalismo relevavam a liberdade económica do indivíduo e afastavam as intervenções estatais, procurando introduzir o *self-help*, pelo que assim encorajavam as ajudas mútuas entre o proletariado (Defourny, 2009).

Como refere Defourny (2009), muitas das iniciativas da Economia Social, no século XIX, tiveram início no baixo clero e nas comunidades cristãs. Enquanto Instituição, a igreja incentivou a Economia Social através da carta papal *Rerum Novarum*, de 1891. A comunidade cristã procurava combater o isolamento dos indivíduos, as falhas do liberalismo e a dependência do indivíduo face ao Estado. *“Foi principalmente sob essa perspectiva filosófica que Raiffeisen fundou, na Alemanha, a primeira caixa rural de poupança e crédito”* (Defourny, 2009:156).

Já o termo Terceiro Setor foi utilizado pela primeira vez por Theodor Levitt, em 1973, nos EUA, para descrever as iniciativas que surgiam entre o Estado e setor privado. Na França o termo surge relacionado com as crises do mercado laboral e com as críticas ao modelo fordista. Em 1978, Jacques Delors utilizou o termo num relatório da Comissão Europeia sobre as políticas de Emprego e, por sua vez, Lipietz citado por Defourny (2009), propõe que o Terceiro Setor exista, paralelamente, às empresas capitalistas.

A nível académico, apenas nos anos noventa, é que se verificou um aumento significativo de investigações e de produção de conhecimento referente ao Terceiro Setor. Estas pesquisas, maioritariamente, procuravam explicar o aparecimento e crescimento deste setor, as causas deste surgimento e o impacto na economia. Foram várias as ciências sociais que deram ênfase ao Terceiro Setor, criando trabalhos multidisciplinares e *“dando conta do seu carácter multifacetado mas, ao mesmo tempo, impedindo a fixação dos estudos numa disciplina específica e contribuindo, assim, para algum subdesenvolvimento teórico”* (Ferreira, 2009).

Borzaga (1995) refere-se ao Terceiro Setor como um sistema caracterizado por relações económicas diversas daquelas típicas do Mercado e

onde se criam ocasiões de trabalho, como um produtor de serviços que integra diversas organizações autónomas.

As várias organizações do Terceiro Setor apresentam interesses e objetivos diversos e desempenham múltiplas atividades na área da educação, saúde, direito, desporto, cultura ou religião. Esta multiplicidade de âmbitos de ação torna difícil determinar a definição, a especificidade e as características do Setor. De acordo com Seibel (1990:40) citado em Salamon e Anheier (1996a) o Terceiro Setor não fornece apenas bens e serviços que correspondem às necessidades da população mas estabelece fatores importantes de coordenação política e social.

De acordo com Salamon e Anheier (1996) citado em Fenger (2002:5) existem três fatores importantes que permitem o crescimento e o enraizamento do Terceiro Setor num país:

1. Heterogeneidade. No sentido em que a existência do Terceiro Setor advém das limitações inerentes do Mercado e do Estado na produção do bem comum. Porém, quanto maior for a diversidade populacional de um país, mais difícil será chegar a um consenso sobre quais os bens comuns que devem ser produzidos para satisfazer as necessidades. *“The greater the diversity of the population, the greater the size of the non profit Setor”* (citado em Fenger, 2002: 5).
2. Segundo Fenger (2002), o âmbito do Estado-providência. Quanto maior for o âmbito do Estado Social num país, menor será a procura insatisfeita do bem público. Deste modo, o número de organizações e projetos do Terceiro Setor é menor quando o âmbito do Estado Social é maior.
3. Fenger (2002) salienta ainda as tradições históricas. As tradições históricas e religiosas podem encorajar ou não a formação de organizações não lucrativas. Por exemplo, na Holanda a forte tradição de subsidiariedade implementada pelos Cristãos proporcionou a abertura de um espaço de crescimento do Terceiro Setor.

Segundo Kendall (2003) citado em Almeida (2011) a importância concedida ao Terceiro Setor advém das desilusões sucessivas nas soluções que o Mercado deveria oferecer, nomeadamente nas questões relacionadas

com o bem-estar social e advém dos deficientes serviços públicos que não colmatam as necessidades dos cidadãos. Autores como Bevir e Rhodes (2001) citado em Almeida (2011) referem que a emergência das organizações do Terceiro Setor está relacionada com as reformas do Estado, sobretudo com a fragmentação dos serviços públicos. Aliado a estas ineficiências estatais, o Terceiro Setor caracteriza-se por oferecer serviços públicos a baixo custo, de acordo com as necessidades dos cidadãos, dando assim uma resposta eficaz e rápida (Campbell, 1999, citado em Almeida, 2011). Estes serviços apresentam uma boa capacidade de inovação (Defourny, 2001; Levousque, 2005 e 2006, citado em Almeida, 2011) e promovem a coesão social (Putnam, 1993; OCDE, 2003 citado em Almeida, 2011).

Lipietz citado por Defourny (2009) sugere, depois de a atividade humana ter sido reduzida às relações mercantis e/ou estatais e de a família ter sido subordinada às necessidades da reprodução capitalista, o Terceiro Setor, através da produção de um valor acrescentado, responde às necessidades não satisfeitas que subsistem e que têm vindo a aumentar com as transformações socioeconómicas.

## **2. A força económica do Terceiro Setor**

Como refere Westlund (2003), o grande objetivo das atividades do Terceiro Setor não é a criação de emprego, mas a satisfação de determinadas necessidades altruístas tanto das pessoas empregues como dos voluntários. Almeida (2011) também salienta que não é objetivo primordial das organizações do Terceiro Setor a criação de emprego, salvo algumas exceções, como o caso de determinadas políticas sociais<sup>4</sup> promotoras de emprego e que são executadas pelo Terceiro Setor. Contudo, este potencial de criação de emprego tem sido reconhecido pelas mais diversas Instituições que têm sido integradas em políticas de emprego. Ferreira (2009) salienta que o Terceiro Setor sempre contribuiu para a manutenção e criação de emprego, promovendo alternativas. Claramente que o emprego é uma necessidade de

---

<sup>4</sup> Por exemplo, em Portugal, algumas das medidas de promoção de emprego, neste enquadramento, são as Empresas de Inserção, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e na maior parte das vezes, executadas por organizações do Terceiro Setor.

todos os indivíduos em idade ativa, permitindo assim a obtenção de um rendimento económico. O emprego é uma forma de satisfazer outras necessidades, não menos importantes que a necessidade de obter dinheiro (Westlund, 2003). Tendo em conta que o emprego ocupa, atualmente, uma posição fulcral na vida dos indivíduos, os decisores políticos procuram na Economia Social estratégias que impulsionem a criação de empregos, que tanto o setor público como o privado não conseguem criar ou manter. Esta crescente importância do emprego é salientada em diversos estudos realizados durante os anos 90 e que demonstram um aumento significativo do Terceiro Setor em vários países. A UE tem procurado estimular o crescimento de emprego através de diretrizes e iniciativas, como por exemplo, a ação-piloto Terceiro Sistema, Emprego e Desenvolvimento local<sup>5</sup>.

Hans Westlund (2003) sintetiza no seguinte quadro o aumento do emprego no Terceiro Setor.

**Tabela 1 – O crescimento do emprego no Terceiro Setor e o crescimento total do emprego (Citado em Westlund, 2003:167)**

Emprego 1990 – 1995	Setor Não Lucrativo	Emprego Total
França	+ 40%	+3%
Alemanha	+36%	+10%
Estados Unidos	+41%	+19%
Emprego 1990 – 1995	Novas Cooperativas	
20 Regiões da Europa Ocidental	+ 44%	

<sup>5</sup> Em 1997 a Comissão Europeia promoveu e financiou a ação-piloto Terceiro Sistema, Emprego e Desenvolvimento Local (*Third System, Employment and Local development*), que envolveu vários projetos de investigação e intervenção que permitiam aprofundar os conhecimentos sobre o terceiro sistema e a sua importância na criação de emprego (Quintão, 2004)

Westlund e Westerdahl (1997) citado em Westlund (2003:167) desenvolveram três hipóteses que explicam o aumento do emprego no Terceiro Setor. A primeira hipótese refere-se ao facto de o setor público ter vindo a emagrecer juntamente com o setor privado criando um espaço para outros atores económicos. A segunda hipótese (*the influence hypothesis*) refere-se à sociedade pós-industrial, nomeadamente ao desmoronar dos pilares organizacionais durante as últimas décadas. Estas mudanças na economia de mercado e o sucessivo questionamento das receitas do setor público são consideradas causas da emergência de um Terceiro Setor. A terceira hipótese é baseada no capital social que se encontra enraizado local e regionalmente e que, consequentemente, influencia os atores sociais, as suas redes e estratégias. Neste sentido, a UE tem vindo a promover a política da regionalização, impulsionando assim novas formas de ação regional como por exemplo a criação de parcerias locais. Deste modo, a economia local e regional percecionou a importância que têm na promoção do desenvolvimento das suas regiões e na melhoria das condições socioeconómicas da população. *“However, it is difficult to observe direct or indirect employment effects of this development in social economic forms”* (Westlund, 2003:168).

O Terceiro Setor surge como potenciador do desenvolvimento local devido, segundo Campbell (2000), aos vários objetivos e ações a que se propõe, nomeadamente:

- Contrariamente às organizações privadas que têm como principal objetivo o lucro, as organizações do Terceiro Setor partilham o lucro pela comunidade, focando a sua ação no compromisso que têm com a população, de forma a atender as suas necessidades e na tentativa de colmatar as diferenças sociais;
- O facto do trabalho das organizações do Terceiro Setor se focar na satisfação das necessidades da comunidade e no seu bem-estar, promove a proximidade (não apenas geográfica mas também relacional), a confiança e o envolvimento entre ambos, procurando aumentar a participação da comunidade nas decisões locais;
- O Terceiro Setor procura inovar, aplicar estratégias eficazes e alternativas, diferenciando-se assim das ações tradicionais. Este setor

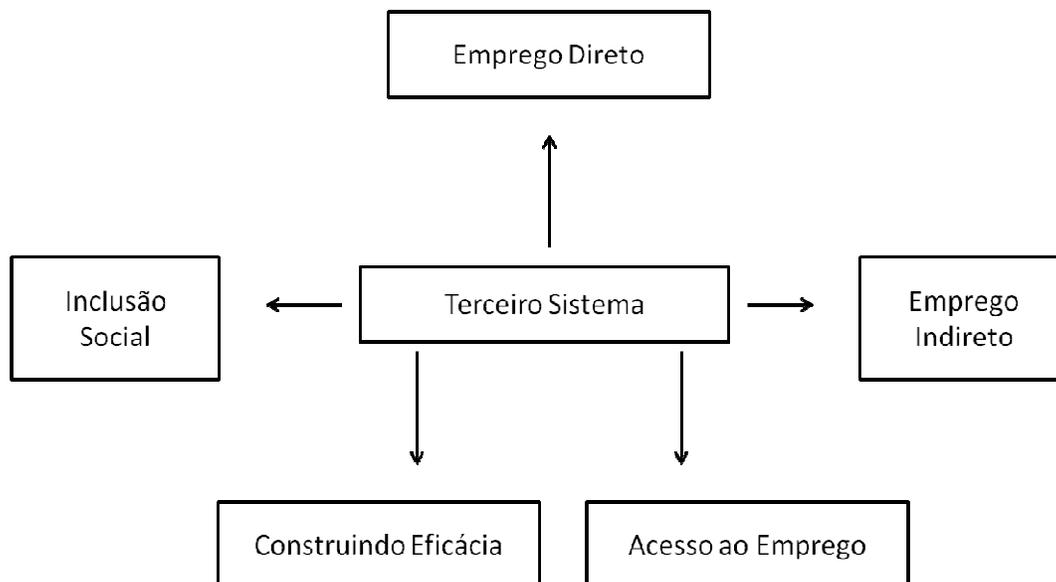
procura garantir que a equidade e determinadas considerações éticas façam parte do desenvolvimento local.

Campbell (2000) ainda refere que o Terceiro Setor levanta questões sobre como as políticas de emprego e desenvolvimento local da era pós-industrial devem ser efetivadas. Questiona ainda quais os objetivos e prioridades das estratégias políticas, a natureza das tomadas de decisões (top-bottom), a participação da população local no seu próprio desenvolvimento bem como o papel dos serviços locais exercidos pelo Estado.

Após a análise da prevalência e da relevância das organizações do Terceiro Setor nos diferentes países, sobressai que este setor apresenta-se como uma força económica. Segundo Zimmer (2000), o setor não lucrativo, na Alemanha, é uma força económica e contribui significativamente para as despesas nacionais e para os níveis de emprego. Em Portugal a sociedade civil é considerada, igualmente, uma forma económica: em 2002 as despesas no setor representavam 4.2% do PIB (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005). Por sua vez, Hopkins (2010) constata que o Terceiro Setor é uma forte componente da economia do Reino Unido. Conclui-se que o Terceiro Setor é uma força económica e social, representando uma parcela significativa das taxas de emprego onde se verifica um constante crescimento (Salamon, 1996b).

Para se proceder a uma análise do emprego no Terceiro Setor é essencial ter em atenção dois aspetos: a importância da Economia Social em termos de emprego nas economias europeias; e o papel desempenhado pelas organizações da Economia Social na luta contra o desemprego (Bidet, 2006). Ou seja, o impacto do Terceiro Setor no mercado de trabalho não está apenas relacionado com os postos de emprego que este abrange diretamente (empregados) mas também através das suas capacidades em atenuar as consequências negativas da falta de trabalho (Borzaga, 1995), criando estruturas que apoiem a criação de emprego.

**Figura 1 – Contribuição do Terceiro Setor no Emprego e Desenvolvimento Local, segundo Campbell (1999)**

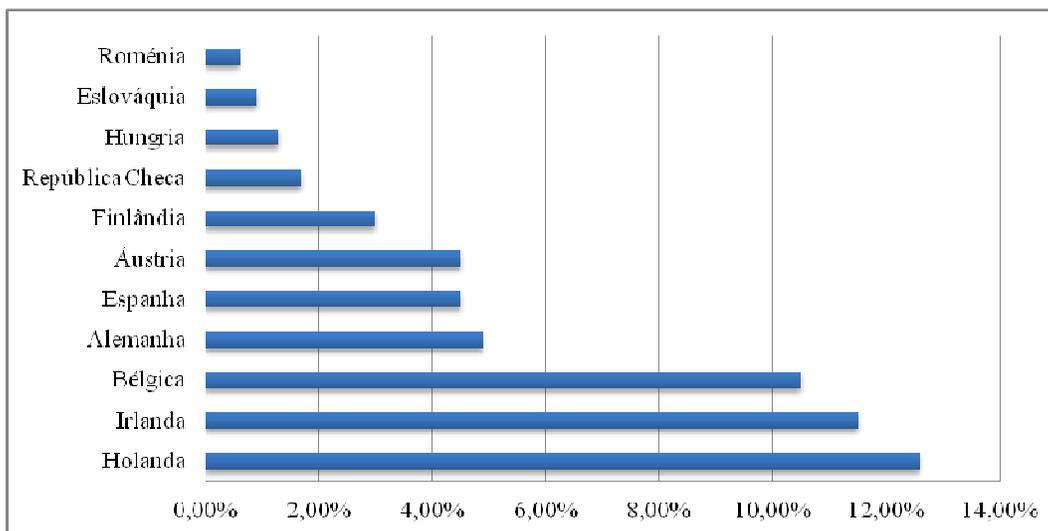


Tanto Campbell (1999) como Almeida (2011) realçam dois níveis de análise do emprego no Terceiro Setor. A um nível direto, as organizações do Terceiro Setor promovem postos de trabalho aquando da produção de bens e serviços, da mesma forma que uma organização capitalista ou estatal. Ao nível indireto, a criação de emprego pode seguir duas vertentes, inseridas na lógica de mercado. Um das vertentes está relacionada com o facto das organizações do Terceiro Setor necessitarem de adquirir bens e serviços a outras Instituições, sejam elas públicas, privadas ou até mesmo do Terceiro Setor, de forma a produzirem os seus próprios bens e serviços, estimulando assim a produção e, conseqüentemente, o emprego. A segunda vertente foca-se nas pessoas assalariadas do Terceiro Setor, já que parte das remunerações das mesmas são direcionadas para a aquisição de bens e serviços, gerando indiretamente a produção de outros bens e serviços e de postos de trabalho. Almeida (2011) ainda ressalva que a produção de bens e serviços sociais (por exemplo, criação de creches, lares de dia, apoio domiciliário) abre oportunidades de emprego às pessoas que cuidavam de terceiros. Segundo

Campbell (1999), o Terceiro Setor implementa ações para as outras organizações do Terceiro Setor, nomeadamente através da criação e desenvolvimento de redes, da prestação de serviços técnicos, consultoria e apoio no desenvolvimento de atividades que permitem expandir os seus serviços e aumentar os postos de emprego. Assim sendo, aumenta a eficácia tanto dos seus serviços como de outras organizações do Terceiro Setor. Este setor promove, igualmente, a inserção laboral de públicos desfavorecidos, em empregos designados protegidos, promovendo a inclusão e a coesão social.

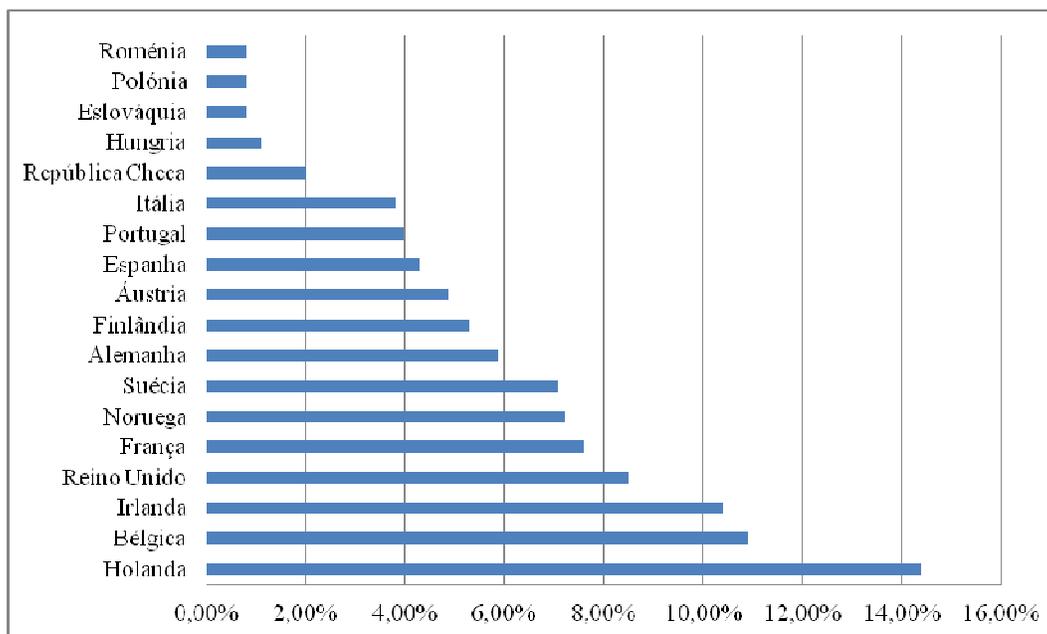
O Terceiro Setor analisado somente como um setor que emprega diretamente abrange um número significativo de pessoas, como por exemplo, existem mais pessoas a trabalhar no setor não lucrativo na Alemanha do que em muitas indústrias (Zimmer, 2000).

**Gráfico 1 - Percentagem de população empregue no Terceiro Setor em 1995, segundo o estudo efetuado por Zimmer (2000)**



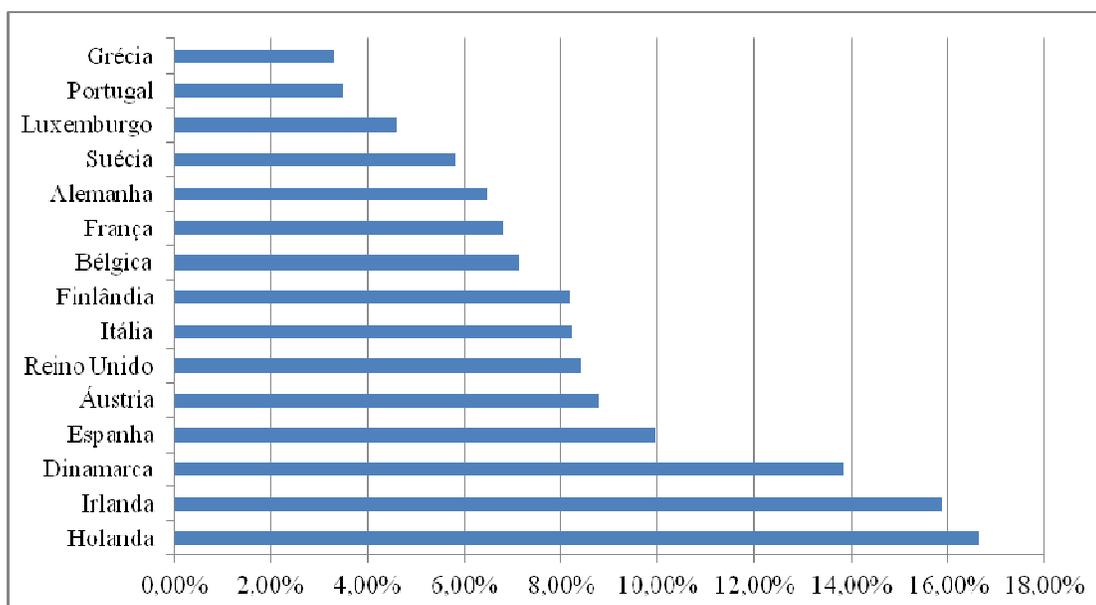
De acordo com Zimmer (2000), os países europeus que apresentam uma maior percentagem de emprego no Terceiro Setor são a Holanda (12.6%) e a Irlanda (11.5%).

**Gráfico 2 – Percentagem de população empregue no Terceiro Setor, segundo os dados do estudo da Universidade John Hopkins, presente em Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon (2005)**



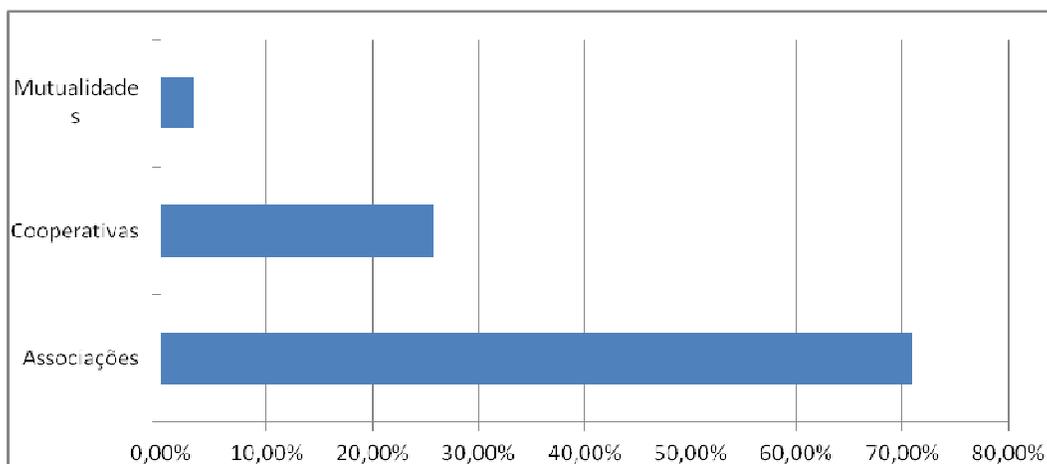
No estudo de Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon (2005), demonstra-se que a Holanda (14.4%) realmente domina como o país que emprega mais ao nível do Terceiro Setor, mas é seguida pela Bélgica (10.9%). É de salientar que nestes últimos dados estatísticos estão incluídos nas percentagens tanto o pessoal remunerado como os voluntários, de acordo com a percentagem total da população ativa. Relativamente ao Terceiro Setor Português, este emprega apenas 4.0% (pessoal remunerado e voluntário) pelo que se encontra abaixo da média dos países da Europa Ocidental. Porém as percentagens aproximam-se dos países da Europa do Sul, como a Espanha e a Itália.

**Gráfico 3 – Percentagem de população empregue no Terceiro Setor de acordo com os dados disponíveis no estudo de Vivet e Thiry (2000)**



No estudo realizado pelo CIRIEC, os autores Vivet e Thiry (2000) fazem referência ao Terceiro Setor como um potencial desafio para o emprego, considerando-o como elemento de grande importância. Os autores fazem também referência aos escassos recursos estatísticos sobre o emprego no Terceiro Setor na maior parte dos países da UE. O total de pessoas empregues no Terceiro Setor nos países da UE era de 8879546, no regime a tempo inteiro, demonstrando assim a força económica deste setor, já que este total da UE é comparável ao número total de pessoas empregues na Espanha (Vivet e Thiry, 2000). Este número representa 6.6% do emprego civil e 7.9% do emprego civil remunerado. Os investigadores Vivet e Thiry (2000) optaram, de acordo com os dados estatísticos obtidos, definir três grupos distintos de países. O primeiro grupo compreende a Irlanda, Holanda e Dinamarca que apresentam as taxas mais altas de empregados no Terceiro Setor (taxas com dois dígitos). Contrariamente, os países com as taxas mais baixas, inferior a 5%, são Portugal, Grécia e Luxemburgo. As taxas de empregabilidade no Terceiro Setor dos restantes países variam entre os 6% e os 10%.

**Gráfico 4 – Percentagem de população empregue nas associações, cooperativas e mutualidades, segundo o estudo de Vivet e Thiry (2000)**



No Gráfico 4, é possível perceber as diferenças, quanto ao emprego, nos diferentes ramos do Terceiro Setor. Assim sendo, as associações empregam 71% (6 319 135, empregos em regime a tempo inteiro), as cooperativas representam 25,7% (2 286 039 empregos) e as mutualidades (“*mutual companies*”) 3,1% (274 372 empregos). Porém, estas percentagens não refletem o volume das atividades produzidas no Terceiro Setor, que são expressivas em alguns países (Vivet e Thiry, 2000).

Os investigadores optaram por categorizar e, conseqüentemente, diferenciar em três grandes grupos os países da UE quanto ao Terceiro Setor. Não apenas pelo conhecimento estatístico que obtiveram mas também pelas várias características que o Terceiro Setor apresenta nos diferentes países da UE. Neste contexto repleto de diversidades e onde se verifica uma lacuna relativamente aos objetivos, torna-se difícil classificar os países de acordo com o reconhecimento do Terceiro Setor (Vivet e Thiry, 2000).

Assim sendo, são identificados os seguintes grupos:

- Países onde o Terceiro Setor está estabelecido: França, Espanha, Bélgica. O Terceiro Setor apresenta grandes níveis de desenvolvimento e reconhecimento na França, Espanha e

Bélgica. Importa salientar que nos países supracitados o Terceiro Setor é reconhecido e denominado de Economia Social.

- Países onde o Terceiro Setor está em emergência: Dinamarca, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Suécia, Reino Unido. Nestes países o Terceiro Setor está em emergência devido à inexistência de um reconhecimento estatal. No entanto, já se denota por parte dos governos e da sociedade civil uma maior abertura para o reconhecimento deste Setor. A Economia Social (Terceiro Setor) vem referenciada como uma força económica e de desenvolvimento nos Planos Nacionais de Emprego de 1999 da Suécia e da Irlanda. Ainda de salientar que o reconhecimento do Terceiro Setor pela população em geral, pelos meios de comunicação social e pela comunidade científica tem vindo a mudar (Vivet e Thiry, 2000).
- Países onde o Terceiro Setor está fragmentado: Alemanha, Áustria, Holanda<sup>6</sup>. Os autores referem que o Terceiro Setor nestes países encontra-se fragmentado devido, essencialmente, à indefinição do Terceiro Setor. Nestes países, as cooperativas e mutualidades, em termos fiscais, legais e económicos são pouco diferentes das empresas capitalistas e, por vezes, surgem associadas a alguma ineficiência. Além disso, estes países têm dificuldade em desenvolver um Terceiro Setor para além do setor público e privado, estando bastante dependentes de fundos.

A análise do emprego no Terceiro Setor tem sobressaído nos constantes debates sobre as políticas públicas, apesar das consequências no mercado de trabalho não terem sido anteriormente analisadas como uma prioridade e preocupação (Almond e Kendall, 2000). A pouca ênfase que se dava ao Terceiro Setor não permitiu a análise comparativa salarial entre o setor lucrativo e não lucrativo, pelo facto de o considerarem economicamente inexistente ou pouco expressivo. Esta ideia surge sobretudo por se considerar

---

<sup>6</sup> A Holanda, apesar de apresentar níveis de empregabilidade no Terceiro Setor superior a 10%, surge associado a este grupo, sobretudo por depender de fundos públicos e pelas, maioria, das organizações estarem estritamente ligadas a grupos católicos.

que o Terceiro Setor integrava somente voluntários como força de trabalho. Segundo Almond e Kendall (2000) o Terceiro Setor ainda se encontra num processo de ser redescoberto como um ator fundamental na economia, na política e no social (Almond e Kendall, 2000).

### 3. O Terceiro Setor e os modelos de Estado Social

O termo Economia Social tornou-se um termo oficial no âmbito da UE desde 1989, aquando da criação da unidade especial responsável pelas questões sociais e de empregabilidade, a *European Commission's General Directorate Employment and Social Affairs*. A necessidade da UE ter reconhecido e dado atenção às questões da Economia Social advém do facto dos Estados-membros considerarem a possibilidade de criação de emprego neste setor. O Conselho Europeu de 1997, os Estados-membros examinaram a importância da Economia Social na promoção do emprego. Para que realmente se promovesse a Economia Social e, conseqüentemente, a oportunidade de criar e manter empregos, foi essencial definir os pilares em que esta assentava, tendo sido assim confinada a quatro tipos de *empresa* e formas organizativas, nomeadamente Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações (citado em Westlund, 2003).

Kendall (2009) salienta que os decisores políticos europeus têm dado atenção ao Terceiro Setor com o intuito de procurar lidar e resolver determinadas lacunas e problemas sociais, económicos e políticos.

Contudo, o Terceiro Setor na UE não é uniforme, pelo que Archambault (2009) preferiu agregar em cinco *clusters* os diversos países. Estes *clusters* são baseados na organização da sociedade civil e de acordo com o contexto político, social e económico de cada país. Archambault (2009) recorreu aos dados estatísticos presentes no estudo de John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project (CNP)<sup>7</sup> para agregar os países. A abordagem teórica dos *clusters*

---

<sup>7</sup> O estudo comparativo realizado pela Universidade John Hopkins é um estudo pioneiro e sistemático sobre a dimensão, as atividades e o impacto do Terceiro Setor a uma escala global. Porém, este estudo recebeu críticas de vários pesquisadores, por terem excluído as cooperativas e as mutualidades, com base no critério da não

centra-se nos três tipos de Welfare State que Esping-Andersen<sup>8</sup> definiu. A proteção social está enraizada na maior parte dos países europeus, pelo que as suas sucessivas mudanças e a sua conseqüente crise permitem o crescimento do Terceiro Setor. Deste modo, para que seja possível construir um conhecimento íntegro é essencial associar as dimensões do Terceiro Setor de cada país com o modelo de *Welfare State* presente nos mesmos. Archambault (2009) definiu as cinco dimensões sobre o volume do Terceiro Setor de acordo com:

- A relação governamental, nomeadamente no que se refere ao tipo de governação (central ou local), bem como a caracterização das taxas de impostos (altos ou baixos);
- A religião principal e as suas relações com o Terceiro Setor;
- A situação do mercado de trabalho, nomeadamente as taxas de desemprego, flexibilidade, segurança, dando especial relevância ao emprego feminino (a tempo inteiro ou parcial) e ao voluntariado;
- A proporção da proteção social no PIB (as despesas nacionais e o regime de proteção social dominante);
- E a composição da Economia social (perceber o volume do Terceiro Setor, o peso na economia e se predominam as associações, cooperativas ou mutualidades).

Posteriormente, esta investigadora confrontou os cinco *clusters* com os dados estatísticos do CNP e com as visões políticas, religiosas, sociais e económicas de cada país.

Assim sendo, os *clusters* que Archambault (2009) indica são:

- Continental ou Corporativista;
- Anglo-saxónico ou Liberal;

---

lucratividade. Assim, o estudo é considerado inadequado à realidade europeia e às realidades de outros países onde a produção e comercialização suporta as necessidades da comunidade.

<sup>8</sup> Gosta Esping-Andersen refere a existência de três modelos de Providência Social, ou utilizando as suas próprias palavras *Welfare Capitalism* (citado em Rodrigues, 2006), nomeadamente o Modelo Liberal (que inclui países como o Reino Unido e a República da Irlanda), o modelo Social-Democrata (predominante nos países escandinavos) e o modelo Conservador / Corporativista (vigentes na França, Alemanha, Itália, Áustria e Suíça).

- Nórdico ou Social-democrata;
- Mediterrânico ou Emergente;
- Oriental ou Pós-Comunista.

Em seguida, desenvolve-se uma leitura analítica dos *clusters* supracitados<sup>9</sup>:

### **Continental ou Corporativista**

Neste *cluster* estão incluídos os seguintes países: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália e Holanda. O Terceiro Setor nestes países é amplo e incorporado num sistema político caracterizado por um modelo administrativo bipartidário e descentralizado. O princípio de subsidiariedade não contempla as famílias que recebem apoio do governo local ou de organizações do Terceiro Setor. A proteção social é elevada, bem como são altas as despesas públicas com o social, e apresentam um modelo de segurança social bismarckiano<sup>10</sup>. O mercado de trabalho apresenta-se pouco flexível e a taxa de desemprego é alta, à exceção da Áustria e da Holanda<sup>11</sup>. Deste modo, muitas das organizações do Terceiro Setor foram criadas com o objetivo de promoverem a procura de emprego junto dos desempregados e de os ajudar no regresso à

<sup>9</sup> Quadro Síntese – Ver Anexo 1

<sup>10</sup> O Estado-providência (*Welfare State*) assenta nos alicerces do pensamento keynesiano e pode ser considerado como um “produto de processos de ajustamento económico e da situação de diferentes classes sociais em contexto sócio-económico capitalista” (Rodrigues, 2000: 187). Assim, o Estado-providência pode ser compreendido como uma resposta aos constrangimentos e desafios inerentes à complexidade da sociedade. Como refere Keynes, “o Estado Providência pretendia pôr em prática o princípio de igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de emprego e garantir a proteção social, não só na área do trabalho, mas também nas áreas da saúde, da habitação e da educação, evitando a crescente desagregação da estrutura social” (citado em Rodrigues, 2006). O primeiro país a adotar um modelo de *welfare state* foi a Alemanha através das medidas adotadas pelo chanceler Bismarck, nomeadamente a introdução do seguro de doença, em 1883, e do seguro de acidentes de trabalho, em 1884, (Paquy, 2004). O modelo Bismarck caracteriza-se pela solidariedade profissional (Rodrigues, 2010), pelo que as pessoas devem contribuir, de acordo com o seu rendimento económico (salário) para a providência social, bem como exercer ou ter exercido uma atividade profissional. Por sua vez, William Henry Beveridge em 1942 apresenta um conjunto de políticas sociais, no parlamento Britânico, dando assim início ao modelo Beveridge. O modelo Beveridge caracteriza-se pela solidariedade nacional (Rodrigues, 2010), na qual as contribuições são uniformes e de acordo com os impostos regulamentados pelo Governo. Assim sendo, os apoios solidários provêm do orçamento de Estado e para auferir dos mesmos as pessoas têm que se encontrar numa situação de pobreza. O objetivo do sistema de Bismarck é, portanto, assegurar um padrão de vida enquanto que o sistema de Beveridge concentra-se em garantir um mínimo vital de subsistência (Cesifo, 2008).

<sup>11</sup> As taxas de desemprego referentes à Bélgica, França e Alemanha variam entre os 6% e os 10%, enquanto na Áustria e Holanda a taxa ronda os 4%, segundo os dados estatísticos da Eurostat, referentes a 2011.

vida ativa. De acordo com o modelo Bismarckiano, as mulheres casadas estão cobertas pela proteção de saúde dos maridos pelo que promove a desocupação das mesmas. Porém, nas últimas décadas, tem-se verificado um aumento significativo do número de mulheres empregues que incitou, igualmente, ao aparecimento de respostas sociais para crianças e idosos no setor não lucrativo. Quanto à religião, a maior parte da população destes países é católica ou protestante e, assim sendo, as organizações do Terceiro Setor são marcadas pelos mencionados valores religiosos ou ainda por afiliações partidárias. De salientar que uma certa competição entre os católicos e os protestantes resulta na criação e desenvolvimento de organizações do Terceiro Setor.

A dimensão do Terceiro Setor é significativa e a força do trabalho pago e voluntário representa 8% do total da população empregue. É composto, sobretudo, por associações de grande escala e, maioritariamente, estão configuradas segundo associações religiosas e políticas. Contudo, também se verifica, recentemente, um aumento do número de associações de âmbito cultural e recreativo. Além de que muitas destas organizações são criadas pelo governo e pela segurança social, de acordo com o princípio da subsidiariedade. Assim sendo, a maior parte dos financiamentos das organizações do Terceiro Setor, no modelo continental, advém de fundos públicos. Nestes países, a Economia Social é reconhecida e em alguns países o próprio Estado promove a constituição de organizações.

### **Anglo-saxónico ou Liberal**

O Reino Unido e a Irlanda são os países da UE que seguem o modelo Anglo-saxónico. Normalmente, este modelo é representado pelos países da América do Norte (EUA e Canadá) e da Oceania (Austrália e Nova Zelândia). No Reino Unido e na República da Irlanda o sistema político é centralizado. Contudo verifica-se um crescimento do poder local e a sua fortificação. O nível de impostos é mais baixo que nos restantes países inseridos no modelo continental. O mercado de trabalho é caracterizado pela flexibilidade, com baixa segurança e por significativas taxas de desemprego<sup>12</sup>. Porém, a taxa de

---

<sup>12</sup> A taxa de desemprego referente ao Reino Unido, em 2011, varia entre os 7% e os 8%, porém na República da Irlanda verifica-se uma taxa mais significativa (14%), de acordo com os dados da Eurostat.

mulheres empregues é alta, sobretudo a tempo parcial, permitindo-lhes conciliar a vida familiar com a vida profissional. A percentagem da população que realiza ações de voluntariado é expressiva, devido ao enraizamento destas ações na sociedade, nomeadamente no sistema escolar sendo consideradas parte do curriculum e como uma forma de socialização.

O Estado Social é beveridgiano, isto é, universalista, baseado principalmente na cidadania e financiado pelos impostos.

No Reino Unido a religião dominante é o Cristianismo Protestante, enquanto na República da Irlanda é o Cristianismo Católico. O crescimento do Terceiro Setor nestes países verifica-se devido à constante competição entre organizações sem fins lucrativos de âmbito religioso, nomeadamente através de congregações dentro da mesma religião ou em comunidades de imigrantes. Outra causa deste crescimento é o papel que o poder central e local têm desempenhado na área dos serviços sociais, saúde e educação, sendo considerado uma forma de privatização do Estado Social.

Nas organizações do Terceiro Setor, tanto o trabalho remunerado como o voluntário, apresentam taxas elevadas (cerca de 8%). Pode-se referir que o núcleo do setor não lucrativo é composto por associações religiosas, com ideais baseados na caridade. Os assalariados do Terceiro Setor apresentam qualificações altas, com formações na área da gestão ou em outras áreas de intervenção. Uma das características que se realça neste *cluster* é a variedade de recursos humanos que estão empregues no Terceiro Setor. O financiamento do Terceiro Setor está a mudar dos subsídios para os contratos, criando assim uma competição com outras organizações do setor. As doações são significativas e as formas de financiamento privado são muito diversas, como por exemplo: lotarias, lojas de caridade, investimentos éticos e deduções fiscais.

### **Nórdico ou Social-democrata**

Os países que pertencem a este *cluster* são a Dinamarca, a Finlândia, a Noruega e a Suécia. Nestes países, durante o século XX, quem liderou predominantemente, foram governos sociais-democratas. Os países nórdicos são caracterizados por um forte poder central em detrimento da governação local (apresentando taxas mais baixas que nos restantes *clusters*). Os impostos

são muito altos contudo são aceites pela população, já que o Estado Social fornece os serviços de educação, saúde e sociais. É de salientar que apenas 1% dos estudantes suecos frequentam o ensino privado. O Estado Social é Beveridgiano e por isso único e universalista, caracterizado pelos impostos altos.

Nestes países o Terceiro Setor é mais pequeno que nos *clusters* precedentes (apenas 6.4% do emprego total, enquanto no continental a taxa é de 8% e no anglo-saxónico de 9.4%). O Terceiro Setor é caracterizado por organizações de pequena dimensão que colmatam as poucas falhas do Estado Social no âmbito da educação, saúde e serviços sociais. As organizações com um maior número de voluntários foram criadas para satisfazer as necessidades e os interesses dos seus próprios sócios, nomeadamente no campo desportivo e recreativo. Depois, seguem-se as organizações sociais e profissionais, de defesa do consumidor e de cuidados às crianças. Muitas destas organizações agem como *lobbies* pressionando o poder central e local. É também nos países nórdicos que as associações de defesa dos direitos humanos, de resolução de conflitos e paz têm uma maior representatividade.

O mercado de trabalho é caracterizado pela flexi-segurança, que consiste na combinação de flexibilidade e da segurança no trabalho. A taxa de emprego feminina é alta. As mulheres desempenham funções, principalmente, nos setores públicos e em regime parcial. Estes países apresentam uma taxa elevada de trabalho voluntário, contudo o trabalho pago apenas representa 0.6%. Salienta-se o facto de as organizações do Terceiro Setor dos países nórdicos darem preferência ao trabalho voluntário em vez do trabalho remunerado.

A religião predominante nos países nórdicos é o Cristianismo Protestante Luterano, considerada uma instituição quase pública, apesar da recente separação entre o Estado e a Igreja. Neste *cluster* o financiamento do Terceiro Setor é feito através de quotas e doações, enquanto os fundos públicos são escassos e muito inferiores aos *clusters* estudados precedentemente.

## **Mediterrânico ou Emergente**

Os países mediterrânicos que se incluem neste cluster são a Espanha, Portugal e Grécia, nos quais o Terceiro Setor apenas tem ganho visibilidade e força nas últimas décadas devido aos regimes autoritários que prevaleceram durante os anos anteriores. Os regimes autoritários em questão restringiam e proibiam a liberdade de associação e de livre pensamento. Desta forma, as organizações do Terceiro Setor ainda estão a emergir e, conseqüentemente, apresentam dados estatísticos mais baixos que os *clusters* precedentes.

O Terceiro Setor nos países mediterrânicos também se encontra em disputa entre o Estado e a Igreja Católica, à exceção da Grécia na qual a igreja Ortodoxa predomina. Este conflito tem vindo a apaziguar devido ao processo de secularização de muitas instituições como escolas, hospitais e serviços sociais. Contudo, o Terceiro Setor nestes países aparece bastante interligado às ideologias políticas, uniões sindicais e às redes cooperativas juntamente com as congregações católicas.

O quadro sociopolítico destes países é caracterizado por um poder central fraco contrariamente ao poder que a governação local e regional possui<sup>13</sup>. O Estado Social, nas últimas décadas, tem vindo a desempenhar cada vez mais funções, nomeadamente após o seu ingresso na comunidade europeia, com uma mistura do modelo bismarckiano (que dá ênfase ao apoio aos idosos e deficientes) e Beveridgeano (ao nível da saúde). De salientar que os países mediterrânicos têm mais espaços rurais e diferenças espaciais que os países do norte da Europa. O mercado de trabalho é caracterizado pela baixa flexibilidade e segurança e apresentam taxas de desemprego altas<sup>14</sup>. No que diz respeito às mulheres, estas trabalham menos em comparação com as mulheres dos outros *clusters*, muitas desempenhando ainda funções domésticas e familiares. O voluntariado não é uma ação muito visível porque ainda existe a noção da autoajuda, praticada sobretudo pelas mulheres, no

---

<sup>13</sup> Portugal surge, a par da Espanha e da Grécia, como tendo um sistema governativo e político descentralizado, sendo o poder central fraco. No entanto, pode-se contrariar esta afirmação salientando que apesar de se ter vindo a verificar, desde o período liberal, uma sucessiva descentralização dos poderes e decisões para os governos locais, os mesmos ainda continuam dependentes do Governo central. Como refere Lima (2011:21), "*como corolário de quase dois séculos de poder local, e pese embora todas as tentativas descentralizadoras, o mesmo continua muito dependente do Governo central*".

<sup>14</sup> Os países do sul da Europa apresentam taxas de desemprego consideradas altas, principalmente a Espanha (23%), Grécia (18%) e Portugal (13%), segundo os dados estatísticos da Eurostat, de 2011.

seio da própria família ou da vila / aldeia de residência. Porém, nos últimos anos, as mulheres têm vindo a adotar um papel mais ativo na sociedade, procurando emprego a tempo inteiro. É por isso que o trabalho remunerado e o trabalho voluntário do Terceiro Setor apresentam uma taxa de 1.9%, igual aos países do *cluster* continental.

As atividades do Terceiro Setor são, principalmente, de âmbito social. O financiamento deste Setor é conseguido através de apoios privados, sendo que os fundos públicos têm uma menor importância.

### **Leste ou Pós-comunista**

Este *cluster* engloba todos os países pós-comunistas, incluindo os países da ex-Jugoslávia. Contudo, os dados aqui referidos referem-se à República Checa, Polónia, Eslováquia e Roménia (de salientar que estes países entraram para a UE muito recentemente, mais especificamente em 2004 e 2007). As organizações do Terceiro Setor estão moldadas de acordo com o quadro histórico destes países. Tal como acontece no *cluster* mediterrânico, estes países viveram anos sobre opressão que não permitia a livre associação. No entanto, as poucas organizações existentes são de âmbito cultural, desportivo e recreativo, pelo que algumas delas escondem valores e organizações políticas. Deste modo, estas organizações tiveram um papel importante no desmoronamento dos regimes comunistas através da organização civil.

O Terceiro Setor cresceu rapidamente nestes países, contudo ainda é pouco significativo comparativamente com os restantes países da comunidade europeia. Sendo que este setor representa apenas 1.2% do total das pessoas empregues. Durante o período de transição, as organizações do Terceiro Setor foram financiadas por entidades privadas e com o apoio de fundos internacionais. Importa referir que houve uma disputa entre os EUA que pretendiam desenvolver uma sociedade democrática baseada nos princípios dos direitos humanos, educação cívica e entre a UE que pretendia promover nos países comunistas as características do modelo continental. Como durante o regime comunista os serviços de saúde, educação e sociais eram fornecidos pelo próprio Estado, mas de uma forma rudimentar, após a queda do regime, a

privatização destes serviços tem-se tornado numa luta de interesses entre a sociedade civil e o setor lucrativo.

Os países do leste da Europa, à exceção da Polónia, são centralizados e a religião tem pouca ou nenhuma influência na sociedade. O mercado de trabalho destes países alia a flexibilidade laboral com a pouca segurança e as altas taxas de desemprego<sup>15</sup>. As mulheres estão inseridas no mercado de trabalho a tempo inteiro. A proteção social é das mais baixas da comunidade europeia, tendo o Estado Social herdado características do regime comunista. O Estado Social baseia-se no modelo beveridgiano semelhante ao *cluster* Anglo-saxónico.

O financiamento das organizações do Terceiro Setor provém especialmente de doações e taxas (54%) e o financiamento público é parco (apenas 28% de todos os recursos).

Archambault (2009) salienta que estes *clusters* não devem ser seguidos de forma rígida, pois foram definidos como sendo modelos ideais e não tanto como uma descrição completa da realidade. Ou seja, os países referidos nos *clusters* não surgem em posições estanques mas podem ser movidos para outros *clusters*.

Da análise destes *clusters* importa retirar se existe ou não um movimento convergente (“*convergence movement*”, Archambault, 2009) entre os países da UE. Pode-se verificar que as organizações do Terceiro Setor têm sido impulsionadas, quer pelas instituições europeias (através da aplicação de fundos), encorajando as atividades e as ações locais e transferência de conhecimentos e boas práticas, quer pela sociedade civil que se organiza para intervir.

Archambault (2009) refere que se tem observado um movimento convergente, no contexto político, social e económico do Terceiro Setor entre os Estados-membros da UE. Nos países membros têm-se verificado tendências comuns, nomeadamente a nível político e no que concerne à descentralização da ação do governo e da administração. Verifica-se, igualmente, uma terciarização da economia, o aumento da pressão global

---

<sup>15</sup> Nos países de leste as taxas de desemprego variam entre os 7% (República Checa), 8% (Roménia), 9% (Polónia), 14% (Hungria) e os 14% (Eslováquia), dados retirados do site da Eurostat, referentes a 2011.

sobre os sistemas de segurança social e sobre as despesas públicas, o desenvolvimento de organizações multi-nacionais e trajetórias migratórias dentro da própria Europa. A nível demográfico, constatam-se também tendências semelhantes, como o envelhecimento populacional, as baixas taxas de natalidade, o aumento da força de trabalho feminina, uma classe média com níveis de qualificação e educação elevados. Esta convergência é consistente com as taxas de crescimento do PIB nos países mais recentes, contrariamente aos países mais antigos no contexto da comunidade europeia. Também se denota consistência nos modelos do Estado Social (bismarckiano, beveridgiano e assistencialista), conjugando-se num *welfare mix* que potencia o crescimento de organizações do Terceiro Setor e, subseqüentemente, o amortecimento do papel do Estado. Como se verifica nos países nórdicos, a diminuição da despesa pública permite a constituição de novos atores sociais, nomeadamente das organizações do Terceiro Setor. Quais as consequências destes movimentos convergentes? De acordo com Archambault (2009) têm-se verificado alterações quer no *cluster* Mediterrânico, quer no *cluster* de Leste, ou seja, estes *clusters* têm vindo a fundir-se num único *cluster* que se assemelha ao modelo Continental e Anglo-saxónico. Por sua vez, o *cluster* Continental tem-se tornado menos corporativista, verificando-se um decréscimo na influência dos parceiros sociais e dos organismos consultivos e, contrariamente, denota-se uma maior preponderância do espírito neo-liberal. No modelo Anglo-Saxónico, as organizações de voluntariado adotarão um papel mais influente nas parcerias com o poder central. Até mesmo o modelo Nórdico sofrerá alterações através da importação de características de outros *clusters*.

A UE tem desempenhado um papel ambíguo junto das instituições do Terceiro Setor, principalmente, na definição de políticas que visem o seu crescimento e visibilidade. Indubitavelmente, a UE tem encorajado a criação de organizações sem fins lucrativos com projetos de intervenção nos vários Estados-membros e que visam colmatar as necessidades da população. A UE tem permitido a partilha de boas práticas através do financiamento de projetos transnacionais. Além disso, tem apostado na divulgação de vários trabalhos académicos e relatórios que dão ênfase ao Terceiro Setor, entre outras

políticas. Todavia, os tratados da UE apenas fazem referência a dois atores económicos: o Estado e o Mercado (Privado), dificultando assim a criação de um espaço para as especificidades das organizações do Terceiro Setor (Archambault, 2009).

Apesar das linhas contraditórias que regulam a UE, as organizações do Terceiro Setor têm emergido e têm um papel fundamental na construção de uma infraestrutura organizativa (*“organization infrastructure”*, Archambault, 2009:11) na sociedade civil europeia.

*“The Third Sector can detect new issues, innovate to cope them and experiment alternatives answers to the new questions as well, while the public Sector has the right to raise taxes and the duty to secure an equal access of citizens to the public goods”* (Archambault, 2009:12)

#### **4. Sustentabilidade e Profissionalização do Terceiro Setor**

Na maior parte dos países europeus, o Terceiro Setor tem crescido, principalmente, através da injeção significativa de fundos públicos estatais e através de programas e fundos europeus, pelo que são organizações também dependentes de políticas e dos fundos públicos. (*“dependent on public policies”*, Bacchiega e Borzaga, 2003:2). Contudo, verifica-se nos últimos anos uma diminuição deste suporte económico público, nomeadamente em países como a França e Alemanha que possuem um Terceiro Setor marcado por receitas estatais. Contrariamente, o Reino Unido tem constatado um aumento inédito (Anheier, 2002) dos apoios governamentais. Subsequentemente, com a diminuição do financiamento público, o Terceiro Setor terá que encontrar estratégias que permitam a sustentabilidade das atividades desenvolvidas e o seu crescimento. Sendo a sustentabilidade do Terceiro Setor financiada, maioritariamente, pelos fundos estatais, pode-se considerar a existência de uma relação de dependência. Tal como salienta Zimmer (2000) este apoio significativo, a nível económico, que o Estado direciona para as organizações tem propiciado críticas à sua crescente dependência. (*“The relatively high government support share of total non profit sector cash revenue frequently has*

*led to criticism of the sector's growing dependence on the state"* Zimmer, 2000:19).

O Terceiro Setor consagra à Europa a oportunidade de construir estruturas organizacionais para o desenvolvimento de uma sociedade civil europeia coesa. Neste sentido, a Europa tem trabalhado em políticas que promovem uma rede de organizações que operam num âmbito mais alargado, ou seja, num contexto europeu (sem fronteiras). Os vários países têm desempenhado um esforço no sentido de modernizar e incorporar medidas que impulsionem uma maior flexibilidade no enquadramento legal das organizações não lucrativas (Anheier, 2002). Outros dos meios de subsistência do Terceiro Setor é a filantropia, que no caso de Portugal representa 12% das receitas (Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, 2005: 1).

Se a definição do Terceiro Setor não é concreta e, por conseguinte, torna difícil a sua análise, as estatísticas sobre o setor aparecem também constantemente subestimadas e desvalorizadas. Além disso, como salienta Bubb (2007) os decisores políticos dos sucessivos governos continuam a desvalorizar o papel que o Terceiro Setor desempenha na regeneração da economia, ignorando a força deste setor e as potencialidades para provocar a mudança. Assim sendo, reforça a ideia de que o Terceiro Setor é um setor baseado no voluntariado e, principalmente, abrange uma escala pouco significativa. Lester Salomon da Universidade John Hopkins citado em Bubb (2007) tem exercido alguma campanha com o intuito de tornar mais visível o peso do Terceiro Setor, principalmente porque as estatísticas referentes aos EUA em termos do PIB e da força de trabalho subestimam o contributo do Terceiro Setor, bem como o seu impacto económico. Deste modo, Salamon recolheu dados estatísticos de 40 países e conclui: o setor envolve 1.9 triliões de US Dólares; o setor gera 48 milhões de postos de trabalho e 4.6% da população ativa trabalha no Terceiro Setor (citado em Bubb, 2007:4).

Deste modo, vários autores referem que é pertinente proceder a uma profissionalização<sup>16</sup> do Terceiro Setor. Landim (2009a) citada em Melo (2011)

---

<sup>16</sup> "A profissionalização diz respeito a um processo socializador, que não se reduz à formação profissional, mas situa-se em medidas práticas de intervenção do trabalho desenvolvido sob ou não parâmetros múltiplos de profissionalismo. Ela percorre caminhos, no caso das ONGs, que não são necessariamente traçados a partir da formação inicial académica dos agentes ali envolvidos" (Melo, 2011). Assim sendo, a profissionalização ou a capacitação técnica deverá ser alargada a todos os atores do Terceiro Setor, tanto aos técnicos como aos voluntários. Anheier, Kendall et al (2003),

salienta a importância de se proceder à profissionalização deste setor devido a obter novas formas de financiamento para além das tradicionais e às mudanças do perfil do Terceiro Setor, já que os problemas sociais alteram de acordo com as conjunturas atuais e as dinâmicas sociais. Fernandes (1997) citado em Melo (2011) reforça a necessidade de as organizações do Terceiro Setor criarem modelos de auto-gestão e aplicarem lógicas empresariais, de forma a desenvolver projetos que permitam a sustentabilidade das atividades e das próprias organizações.

*“A growing sector, exerting power and influence whether in campaigning and advocacy, delivering services, or promoting civil society, needs to ensure high standards of professionalism in its leadership and organisation, and if the sector is growing then the public will expect to see greater transparency and accountability in charities”* (Bubb, 2007:5).

Ultimamente, têm-se verificado algumas pressões, por parte da sociedade, dos governos e das comunidades científicas, para que o Terceiro Setor encontre a sua própria regulação, já que se constata um contínuo crescimento do mesmo e este tem desempenhado um papel essencial na prestação de determinados serviços. Bubb (2007) refere sete razões explicativas para a profissionalização do Terceiro Setor.

1. Este setor tem tido influência tanto junto dos sucessivos governos como dos partidos políticos e, conseqüentemente, tem influenciado o desenvolvimento e a implementação de políticas. Esta influência desempenhada pelas organizações do Terceiro Setor não se verifica apenas a um nível local, mas a um nível mais alargado, tanto nacional como europeu. Isto acontece porque o Terceiro Setor proporciona a prestação de serviços e apoia na construção de comunidades baseadas na coesão social.
2. Tem-se verificado um crescimento significativo nas funções que o Terceiro Setor desempenha, nomeadamente, nos serviços que presta. Neste sentido, o cliente quando usufrui de serviços requer uma determinada qualidade, seja no setor público ou privado ou mesmo no Terceiro Setor. A particularidade do Terceiro Setor é que este se foca

---

salientam que os voluntários também podem receber formação pelo trabalho não remunerado que desenvolvem. Porém, muitas vezes, os voluntários exercem funções no âmbito da sua área e formação profissional.

nas necessidades do cliente, no seu bem-estar e na integração destes na sociedade envolvente.

3. A coesão social não se alcança apenas através do envolvimento estatal mas requer igualmente, como já foi anteriormente mencionado, o envolvimento das comunidades e dos cidadãos. Esta participação ativa implica uma coesão social e mudança, que são alcançadas principalmente através das organizações do Terceiro Setor.
4. As organizações do Terceiro Setor são fulcrais na mobilização dos cidadãos e das comunidades e, no dar voz às comunidades marginalizadas e excluídas. Por isso, o Terceiro Setor é tido como uma expressão de participação democrática.
5. O aumento do consumo e dos pedidos de participação ativa dos cidadãos são argumentos que reforçam a necessidade de profissionalizar o setor. E, deste modo, os cidadãos podem requerer dos serviços uma maior qualidade e oferta. *“Increasingly the management and deployment of volunteers has become more professional, whether in the need for training, observance of health and safety rules, or regulations on, for example, criminal records. And imply because a service is delivered by volunteers does not mean he public will expect lower standards”* (Bubb, 2007:12/13).
6. O crescimento da economia global e a revolução das comunicações salienta a necessidade da transparência e da responsabilidade das organizações do Terceiro Setor. A globalização aumenta a pressão nas organizações do Terceiro Setor, no sentido destas terem que trabalharem sem fronteiras, de partilharem as práticas desenvolvidas e de procurarem estratégias para alcançar e competir com os setores empresariais e governamentais.
7. Tem-se verificado, nas últimas décadas, um maior interesse no Terceiro Setor por parte dos jovens, nomeadamente, no desenvolvimento de uma carreira no setor. Segundo a ACEVO<sup>17</sup>, referido no estudo de Stephen Bubb, 25% dos estudantes do Reino Unido tem optado por seguir

---

<sup>17</sup> ACEVO é uma associação de chefes executivos das organizações voluntárias. A ACEVO apoia, representa e articula com os diversos líderes do Terceiro Setor. Esta associação agrega cerca de 2.000 membros que têm vindo a prestar apoio e aconselhamento aos seus membros nos últimos 23 anos. Informação retirada do site: <http://www.acevo.org/>

carreira no Terceiro Setor. Assim, os estudantes percebem o Terceiro Setor como um motor propulsor para alcançarem uma carreira profissional.

Segundo o estudo de Vivet e Thiry (2000) a profissionalização do Terceiro Setor é primordial de modo a não desacreditar as atividades emergentes das organizações. Assim, o objetivo da profissionalização é aumentar as qualificações dos trabalhadores assalariados e reunir esforços para melhorar as sinergias de trabalho, contribuindo para a construção de empregos estáveis e qualificados. Através da profissionalização do setor é possível, igualmente, desenvolver atividades criadas através da união de esforços entre os assalariados e o pessoal voluntário.

Porém, todo o processo de profissionalização do Terceiro Setor também apresenta alguns limites. Bubb (2007) refere que as organizações têm receio de despendem o capital com muitos recursos económicos, nomeadamente com os salários dos administradores e com os cargos executivos, e argumentam que cada cêntimo deverá ser utilizado para uma *boa causa*. Outra questão que se levanta é o número de voluntários que as organizações acolhem. O voluntariado é considerado como uma dádiva pelo que não apresenta qualquer custo e neste sentido existem organizações que sobrevivem com a mão de obra dos voluntários. Na perspetiva de Salamon, Hems e Chinnock (2000), as organizações do Terceiro Setor orgulham-se de depender de apoios privados e do trabalho voluntário, sendo percebido como uma “*fonte de inovação e independência*” (Salamon, Hems e Chinnock 2000:8). Costa (2004) citado em Melo (2011) afirma que o conhecimento teórico e técnico pode transformar os valores das organizações, tornando as relações impessoais, distantes e sem qualquer vínculo social.

## **5. O que atrai as pessoas para o Terceiro Setor?**

Como constata Mirvis e Hackett (1983), a visão mais popular refere que as pessoas sentem-se atraídas por um emprego baseado nos serviços altruístas e de realização no trabalho, ou seja, este setor, aparentemente, atrai

indivíduos que têm uma grande proximidade com o setor e que subestimam os lucros económicos. Estes autores salientam que a principal diferença entre os *managers* do setor não lucrativo com os do setor lucrativo são as suas atitudes perante os objetivos do setor não lucrativo, bem como um maior compromisso e uma orientação não monetária.

Contrariamente, não escolheram o setor lucrativo de modo a evitar a competitividade do mesmo e a impessoalidade das burocracias. Contudo, o Terceiro Setor é caracterizado pelas baixas remunerações, pelas sucessivas pressões laborais e a falta de vários recursos pelo que promove a procura de emprego noutros setores. Por sua vez, Weisbrod (1988) e Frank (1996b) citado em Handy e Katz (1998) sugerem que não existem diferenças significativas entre os indivíduos que estão empregados no setor lucrativo e não lucrativo em termos de educação e formação. Ou seja, o setor não lucrativo não atrai pessoas com menos competências profissionais e, deste modo, estas diferenças salariais não se espelham na produtividade.

Mirvis e Hackett (1983) após uma análise qualitativa do emprego por setor salientam que os empregados do setor não lucrativo têm tendência a afirmar que o trabalho é mais importante que o dinheiro que ganham. Além disso, afirmam existir uma maior variedade e desafios neste setor, uma maior autonomia, ou seja, considerada como poder de decisão e responsabilidade. Assim sendo, conclui-se que fatores como a motivação e a identificação do empregado com os objetivos da organização desempenham uma função essencial neste setor. As organizações do Terceiro Setor não devem apenas empregar pessoas motivadas, mas devem, conjuntamente, apoiar e encontrar estratégias para a manutenção dessa motivação (Leete, 2000). Do ponto de vista do empregador, este pode utilizar os salários como uma forma de selecionar as pessoas realmente motivadas para trabalhar no setor. Ou seja, utilizando os salários como estratégia de seleção o empregador pretende dissuadir as pessoas que se movem em função de interesses monetários e atrair as pessoas que têm uma paixão pelas atividades das organizações não lucrativas (Leete, 2000). Se as organizações do Terceiro Setor requerem empregados motivados e orientados e se a equidade salarial é fundamental para manter a motivação, bem como a responsabilidade e a coesão grupal, seria de esperar que os salários dos mesmos não fossem díspares daqueles

praticados nas e entre organizações lucrativas. Apesar de haver uma disparidade salarial entre o setor lucrativo e não lucrativo, porém existe uma menor diferença salarial e nas condições de trabalho no que concerne aos salários *top-bottom* dentro do próprio setor não lucrativo. “*Wages could be less dispersed within nonprofit organizations than within for-profit organizations, but nonprofit organizations themselves could be more dispersed across the wage distribution than for-profit ones*” (Leete, 2000: 429).

Mirvis e Hackett (1983) concluem que as pessoas empregues no Terceiro Setor apresentam um maior compromisso com os objetivos, bem como uma orientação não monetária. Para além disso consideram o Terceiro Setor desafiante, com atividades diversas e têm uma maior autonomia e influência nas funções que desempenham. Assim, os trabalhadores do setor não lucrativo consideram, igualmente, que podem encontrar recompensas intrínsecas (Mirvis e Hackett, 1983). Uma das causas explicativas desta divergência salarial entre setores centra-se nas diferenças percentuais entre empregados masculinos e femininos, para além das organizações não lucrativas, como refere Mirvis e Hackett (1983) simplesmente pagam menos do que as organizações lucrativas ou governamentais.

Estes dois autores analisaram igualmente o nível educacional, a orientação profissional e a mobilidade nos três setores. Quanto à escolaridade, no Terceiro Setor existe proporcionalmente um maior número de empregados com o ensino superior e licenciatura. Uma das causas que Mirvis e Hackett (1983) referem de forma a justificar esta superioridade é que os trabalhadores do setor não lucrativo simplesmente manifestam um maior interesse na educação formal. Outra característica evidenciada no mesmo estudo, refere que os empregados do setor não lucrativo comparativamente com os restantes setores, são aqueles que permanecem menos tempo no mesmo posto de trabalho, havendo assim uma maior mobilidade.

Lanfranchi e Nancy (2006) introduzem a teoria do *labor Donation* que afirma que os empregados do Terceiro Setor estão intrinsecamente motivados. Porém, esta teoria falha se os empregados do Terceiro Setor compensarem os baixos salários com um menor esforço. Para estes autores, o principal resultado da análise da teoria do *Labor Donation* sugere que os empregados não escolhem entre o setor lucrativo e não lucrativo de forma aleatória.

Estatisticamente, a diferença salarial entre estes setores é de 13.5% (Lanfranchi e Narcy, 2006:1). Hansmann (1980) citado em Lanfranchi e Narcy (2006) foi pioneiro em assumir a probabilidade das pessoas optarem pelos baixos salários do Terceiro Setor, dando ênfase a valores altruístas, em troca da produção de bens e serviços baseados no capital.

O Terceiro Setor, como constata Lange (2003) emprega principalmente pessoas do sexo feminino. Se analisarmos numa perspetiva histórica, as mulheres sempre apareceram associadas a profissões relacionadas com os cuidados humanos e com uma vertente social muito forte. Contudo, esta predominância das mulheres nas organizações não lucrativas não é visível nos altos cargos. Por exemplo, na Alemanha apenas uma em cada seis organizações não lucrativas é representada por uma mulher (Lange, 2003). D'Isanto, Mosca e Musella (2009) realizaram um estudo em Itália que permitiu tirar algumas conclusões quanto às diferenças de género e diferenças salariais no Terceiro Setor. Estes autores constataram que 74% da amostra do estudo é composta por mulheres, reforçando a ideia de que este setor dá predominância à mão de obra feminina. No caso do Reino Unido, através do estudo de Almond e Kendall (2000), verifica-se que a maior parte dos cargos laborais do Terceiro Setor são ocupados por mulheres. Muitas das mulheres que se encontram empregadas no Terceiro Setor estão em regime de part-time confirmando assim que o Terceiro Setor permite a conciliação da vida familiar com a vida profissional. No que concerne aos salários, distingue-se facilmente uma diferença de cerca 123€ a favor do sexo masculino (D'Isanto, Mosca e Musella, 2009). Esta diferença, em termos absolutos, provém da redução do cálculo do salário por hora, confirmando que o menor salário das mulheres pode ocorrer devido a uma alta percentagem de mulheres que escolhem um contrato a part-time (D'Isanto, Mosca e Musella 2009). Evidencia-se assim, uma maior dificuldade das mulheres na construção e na progressão da carreira e sentem-se igualmente desvalorizadas em setores de gestão e de supervisão. Uma razão explicativa, segundo D'Isanto, Mosca e Musella (2009), para a existência de disparidades salariais entre homens e mulheres refere-se ao facto de haver diferentes níveis de investimento formativo e profissional. Ademais, as diferenças de género justificam igualmente as diferenças laborais (participação laboral, salários), devido ao tempo que as mulheres dedicam à

esfera familiar. Associado a estes fatores ainda continua a existir uma segregação de género que justifica as diferenças nas atividades profissionais. Recentemente, uma das diretrizes da UE para todos os Estados Membros é a desconstrução das desigualdades de género, pelo que se introduziu os vocábulos *Gender democracy* que significa que tanto os homens como as mulheres devem ser, equitativamente, representados nos diversos setores, tanto em atividades públicas, políticas, culturais e nas esferas económicas da sociedade (Lange, 2003).

**Tabela 2 – Síntese das razões que atraem as pessoas para o terceiro Setor**

<b>O que atrai as pessoas para o Terceiro Setor</b>	
<b>Autor</b>	<b>Dimensão / Determinante</b>
Mirvis e Edward Hackett (1983)	Serviços Altruístas
	Proximidade Filosófica
Lanfranchi e Narcy (2006)	Motivação (teoria <i>Labor Donation</i> )
<b>Pessoas empregues no Terceiro Setor</b>	
<b>Autor</b>	<b>Dimensão</b>
Lange (2003)	(Maioritariamente) Sexo feminino
Mirvis e Hackett (1983)	Com formação Superior

## **6. Razões para o crescimento do Terceiro Setor**

A literatura existente remete para a existência de múltiplas teorias e, sobretudo, interdisciplinares, salientando várias hipóteses e conceitos sobre a

proliferação do Terceiro Setor, nas últimas décadas. Para além das diversas teorias explicativas, os dados estatísticos existentes indicam que existem diferenças significativas entre os países (Pevcin, 2012).

Não se pode evidenciar apenas uma razão para o crescimento do Terceiro Setor, pelo que se pode afirmar que o mesmo advém de várias forças, nomeadamente o fracasso dos mercados e dos governos em providenciar bens e serviços a todos os cidadãos, ou por outro lado advém do aumento do pluralismo e das liberdades individuais nas sociedades.

Pevcin (2012) refere que as hipóteses, conceitos e ideias construídas até ao momento sobre o crescimento e importância do Terceiro Setor podem ser divididas entre abordagens referentes ao lado da oferta e da procura. O lado da procura surge associada, maioritariamente, aos bens e serviços que não são fornecidos adequadamente pelo Estado e pelo Mercado. Por sua vez, do lado da oferta, as teorias salientam que a dimensão do Terceiro Setor está relacionada com a extensão dos recursos disponíveis no mesmo. Por sua vez, Salamon e Anheier (1996a) agregam as causas do crescimento e impacto do Terceiro Setor em seis teorias. Estes autores salientam que quatro destas teorias foram definidas, especificamente, para o Terceiro Setor. No entanto, as restantes duas teorias são emprestadas de outras ciências mas coadunam-se às características deste setor.

- Teoria da heterogeneidade

A teoria da heterogeneidade foi desenvolvida em 1977 pelo economista Burton Weisbrod que combina a persistência das organizações do setor não lucrativo com as teorias clássicas económicas. Weisbrod (1988, 1998) citado em Pevcin (2012) argumenta que a importância do Terceiro Setor está diretamente relacionado com a heterogeneidade da sociedade. Para Salamon e Anheier (1996a), esta teoria também conhecida como a teoria das falhas do Estado e do Mercado, destaca que o próprio Mercado apresenta limitações quanto à produção de bens públicos que deveriam estar disponíveis para toda a população, quer esta pudesse ou não pagar por eles. A falha do Mercado em satisfazer as necessidades públicas é a justificação, no pensamento clássico económico, para a existência do Estado, já que este existe para preencher as

lacunas deixadas pelo Mercado. A falha do governo tem um maior impacto nas sociedades onde existe uma maior diversidade populacional e onde existe uma maior diversidade de opiniões sobre quais bens públicos devem ser gerados. Desta forma, as pessoas tendem a procurar no Terceiro Setor os bens públicos que não conseguem assegurar através do Estado e do Mercado. Pevcin (2012) reforça esta hipótese referindo, igualmente, que a teoria da falha do Estado estipula que a necessidade de organizações do Terceiro Setor surge quando, conseqüentemente, o Estado falha ao tentar corrigir as falhas do Mercado. E, mais uma vez, justifica-se esta falha com a pluralidade das necessidades da população e na dificuldade em encontrar um acordo universal quanto às mesmas.

De acordo com Salamon e Anheier (1996a), conclui-se que, nos países onde existe uma maior homogeneidade quanto à procura dos serviços, o Terceiro Setor apresenta-se menor do que nos países onde se verifica uma maior heterogeneidade.

- Teoria do Lado da oferta

A teoria da heterogeneidade foca-se na insatisfação da procura dos bens públicos como consequência da falha do Estado e do Mercado, esquecendo o lado da oferta. Assim, esta hipótese, foi considerada insuficiente para explicar a variabilidade do Terceiro Setor surgindo a teoria do lado da oferta. Esta teoria afirma que é imprescindível ter em atenção o lado da oferta existente na sociedade, nomeadamente as estruturas de resposta às necessidades da população, criadas segundo James (1987), citado em Salamon e Anheier (1996a), por empreendedores sociais que tomam a iniciativa de implementar essas respostas. Estes autores referem que a criação de respostas tem-se verificado, sobretudo, por organizações de cariz religioso, existindo mesmo competição entre as mesmas, de forma a atrair aderentes às suas próprias causas. Desta forma, espera-se que o Terceiro Setor tenha uma maior dimensão nos países onde existe uma competição (diversidade) religiosa mais intensa.

Bem-Ner e Van Hoomissen (1991) citado em Almeida (2005) apesar de abordarem a teoria da confiança, defendem igualmente a teoria dos stakeholders, devendo a qualidade de um *“determinado serviço num contexto de informação imperfeita, sendo assegurado por um grupo de interessados ou stakeholders”* (Almeida, 2005:59).

- Teoria da confiança

Esta teoria encontra a sua génese não na falha do Mercado mas na denominada falha de contrato decorrente das assimetrias no acesso à informação por parte dos consumidores. Já que segundo, Salamon e Anheier (1996a), os consumidores não possuem a informação necessária para definir a qualidade dos bens e dos serviços prestados. Isto pode ocorrer porque o comprador não é o mesmo que o consumidor. De acordo com Hansmann (1980, 1987) citado em Salamon e Anheier (1996a), não sendo possível distribuir os lucros pelos proprietários, as organizações não lucrativas promovem uma maior confiança no cliente e encontram-se mais predispostas a servir as necessidades dos mesmos. Pensa-se que contrariamente às organizações lucrativas, as organizações não lucrativas não retiram vantagens nas falhas de informação para ludibriar o consumidor. *“Como não é possível ao consumidor avaliar a quantidade e a qualidade de um determinado serviço que ele pretende adquirir, as organizações não lucrativas tornam-se mais fiáveis, dado o constrangimento da não distribuição dos lucros”* (Almeida, 2005:58).

Salamon e Anheier (1996a) propõem assim a seguinte hipótese: quanto maior for o grau de confiança nos serviços prestados pelo Mercado, menor será a dimensão do Terceiro Setor. Além disso quanto maior for o nível de confiança na sociedade, a população tenderá a recorrer aos serviços de Mercado e, por isso, não terão a necessidade de procurar os serviços do setor não lucrativo. Assim sendo, segundo estes autores, o Terceiro Setor será maior em economias onde exista uma baixa confiança nos serviços prestados pelo Mercado.

- Teoria do Estado Social

A Teoria do Estado Social considera o Terceiro Setor como uma *categoria residual* (Salamon e Anheier, 1996a:15). Assim, o Estado Social convencional ignora a importância e o papel que o setor não lucrativo desempenha tanto historicamente como nos debates políticos atuais. Estas teorias vêem o setor não lucrativo como um *mecanismo pré-moderno* (Salamon e Anheier, 1996a) que gere os problemas sociais. Segundo Quadagno (1987) citado em Salamon e Anheier (1996a), com o progressivo avanço da industrialização verificou-se um aumento dos gastos públicos, nomeadamente com determinadas categoriais sociais (crianças, deficientes, idosos) e, por conseguinte, fomentou-se a redução das funções da família tradicional. Pode-se concluir que a expansão ou retrocesso da intervenção do Estado é, automaticamente, um resultado do desenvolvimento económico e social dos países.

Salamon e Anheier (1996a) salienta que quanto maior for o desenvolvimento económico de um país, maior será a intervenção do Estado na sociedade no que concerne à prestação de serviços sociais. E, conseqüentemente, quanto maior for o papel do Estado, menor será a dimensão do Terceiro Setor.

- Teoria da Interdependência

Tanto a teoria do Estado Social como a teoria da falha do Estado e do Mercado sublinham que a relação entre o Estado e o Terceiro Setor é conflituosa, sendo este último considerado, na melhor das hipóteses, como um subproduto das limitações inerentes ao Estado. Numa visão mais negativa, o Estado tende a dissipar socialmente as bases do pluralismo e da diversidade. Como refere Salamon e Anheier (1996a) não se pode apenas analisar a relação entre o Estado e o Terceiro Setor como um *paradigma conflitual*, mas a partir daí potencializar a interdependência e a cooperação. Muitas vezes, as organizações do Terceiro Setor intervêm ativamente em setores que o próprio governo não consegue alcançar e dar uma resposta adequada. Contrariamente, as organizações do Terceiro Setor também apresentam diversas limitações inerentes, pelo que para além das falhas do Estado e do

Mercado, pode-se salientar que existem *falhas no voluntariado*. Estas falhas referem-se, sobretudo, à *insuficiência filantrópica*, isto é, a dificuldade do setor em gerar receitas suficientes para manter a atividade; e ao *paternalismo filantrópico*, a dificuldade que as organizações do Terceiro Setor têm em promover a confiança na sociedade em relação à sua autossuficiência.

Salamon e Anheier (1996a) sublinham que quanto maior forem os gastos de um país com o Estado-providência, maior será também o Terceiro Setor. Conclui-se que o Estado é parceiro do Terceiro Setor na produção de bens *quase públicos*<sup>18</sup>, complementando-se.

- Teoria das Origens Sociais

A teoria das origens sociais afirma que a relação existente entre o Estado e o Terceiro Setor, mencionada na teoria da interdependência, não é linear nem uniforme. Salamon e Anheier (1996a) argumentam que a dimensão do Terceiro Setor resulta das relações existentes entre as diversas classes sociais e das instituições sociais chaves. Estes autores salientam que existe mais do que um percurso que justifique a importância e dimensão do Terceiro Setor. A partir dos modelos de providência social que Esping-Andersen elaborou, já mencionados anteriormente, e incorporando o Terceiro Setor nesses modelos, consegue-se identificar quatro modelos distintos de desenvolvimento deste setor. Deste modo, Salamon e Anheier (1996a) identificam quatro regimes de Terceiro Setor, cada um caracterizado não apenas pelo papel que desempenham no seio da sociedade mas pela posição que ocupam. Os quatro regimes não lucrativos são estadista, liberal, social democrata e corporativo, que cruzam “*dois fatores chave: o nível de despesa pública como o bem-estar social e a dimensão do setor não lucrativo*” (Almeida, 2005:63). O regime estadista caracteriza-se por controlar o bem-estar social, sendo assim a despesa pública social e o desenvolvimento do Terceiro Setor são estrangulados. Por sua vez, no regime liberal predomina um baixo nível de despesa pública social pelo que o Terceiro Setor apresenta uma elevada

---

<sup>18</sup> Pevcin (2012) utiliza o termo em inglês *quasi-public* para se referir aos bens que são produzidos pelo Terceiro Setor em parceria com o Estado.

dimensão. No regime social democrata as organizações do Terceiro Setor não são significativas na produção de bens públicos sendo estes assegurados, na sua maioria, pela intervenção estatal. Por fim, no regime corporativo, tanto as despesas públicas sociais como o Terceiro Setor são elevados, sendo que existe um trabalho de cooperação entre o Estado e as organizações do Terceiro Setor, onde *“o crescimento de um está associado ao crescimento de outro”* (Almeida, 2005:63).

Uma das falhas apresentadas à teoria das origens sociais é, apesar desta envolver os fatores históricos, não enfatiza os processos evolutivos do Terceiro Setor.

Almeida (2005) afirma que a maioria dos estudos que pretendem explicar o crescimento do Terceiro Setor e as suas diferentes dimensões de país para país emergem no quadro do paradigma neoclássico, pelo que as suas explicações são baseadas em fundamentos microeconómicos. Indubitavelmente, que os estudos contribuíram para a análise do Terceiro Setor, no entanto, *“as suas explicações são, muitas das vezes, parciais, ambíguas ou mesmo contraditórias, quando confrontadas com a análise empírica”* (Almeida, 2005:57).

Para Almeida (2005) as teorias supramencionadas foram desenvolvidas tendo em conta características da sociedade americana, o que as torna desajustadas à realidade europeia, já que existem diferentes especificidades entre os dois continentes.

Como já foi mencionado, estas abordagens centram-se em aspetos microeconómicos, esquecendo os fatores macroeconómicos que justificam a importância e o papel das organizações do Terceiro Setor na economia das sociedades atuais. Nestas teorias existe ainda lacunas quanto à *“dinâmica evolutiva do terceiro setor, a sua dimensão ou a sua variação de país para país, a distribuição das atividades de produção, o seu papel na criação de emprego, as relações com o Estado e restantes setores da economia”* (Almeida, 2005:60).

**Tabela 3 – Síntese das razões explicativas da emergência / crescimento do Terceiro Setor**

<b>Teorias</b>	<b>Autores</b>	<b>Variável</b>	
Teoria da Heterogeneidade	Weisbrod (1977)	Falha do mercado	> maior a diversidade populacional (heterogeneidade) > o Terceiro Setor
Teoria do Lado da oferta	James (1977)	Estruturas de resposta às necessidades populacionais	> a competição (diversidade) religiosa > o Terceiro Setor
Teoria da Confiança	Hansmann (1980, 1987)	Falha de contrato	> a confiança dos serviços prestados pelo Mercado < o Terceiro Setor
Teoria do Estado Social	Quadagno (1987)	Peso do Estado Social	> o desenvolvimento económico de um país > a intervenção estatal < o Terceiro Setor
Teoria da Interdependência	Salamon (1995)	Falha do Estado e do Mercado	> os gastos com o Estado-providência > o Terceiro Setor
Teoria das origens sociais	Salamon e Anheier (1996a)	Classes e respostas sociais	A dimensão do Terceiro Setor depende do tipo de <i>regime sem fins lucrativos</i> que

Na opinião de Anheier (2002) o crescimento do Terceiro Setor, deve-se não apenas ao aumento da procura de serviços sociais e pelas mudanças estruturais na sociedade, nomeadamente pela mudança de papel do Estado, mas também pelo fortalecimento de uma classe média confiante e por fatores demográficos. Relativamente, aos fatores económicos, este mesmo autor, salienta que o desenvolvimento demográfico deveu-se, mormente, à geração dos *baby boomers* que aumentou (em 1950) os serviços direcionados para as crianças, o número crescente de escolas (1960) e universidades (1970) e lar e centros de dia para idosos nas últimas décadas. Consequentemente, assistiu-se a uma expansão do Terceiro Setor devido, simplesmente, ao aumento da procura de serviços. Verifica-se assim uma franca expansão destes serviços, a par das mudanças societais decorrentes nos países europeus, nomeadamente a visível transição de uma sociedade industrial para pós-industrial (Anheier, 2002). Grønbjerg e Paarlberg (2001) citado em Pevcin (2012) referem que a dimensão do Terceiro Setor depende das oportunidades sociais e políticas existentes na comunidade, assim sendo, os fatores do lado da oferta são importantes na determinação da dimensão do setor. Estes autores referem que o coeficiente de correlação entre o número de adultos com bacharelato e o número de organizações do Terceiro Setor é de 0.49. Por sua vez, Ben-Ner e Van Hoomissen (1991) salientam que a saúde é um factor determinante para todos os setores da economia de um país e, por isso, o Terceiro Setor não será exceção.

Não foram apenas estas razões que permitiram a expansão do Terceiro Setor, mas também mudanças expressivas ao nível político e ideológico, nomeadamente as decisões políticas que condicionam e canalizam a procura existente para o Terceiro Setor. Deste modo, este setor tem maior prevalência em países onde sobressaem medidas sociais que colocam em prática uma parceria entre os governos e as organizações não lucrativas (Anheier, 2002). A parceria mencionada entre governo e organizações não lucrativas caracteriza-se tipicamente por *esquemas de contratos complexos* (“*complex contracting schemes*”, Anheier, 2002: 2), em que as organizações providenciam serviços

com o apoio do Estado. A mudança ideológica do papel do Estado centra-se, principalmente, na diminuição do desempenho social e na proclamação de uma maior cidadania ativa, inculcando no Terceiro Setor outros papéis. O Estado desprende a exclusividade e a responsabilidade de determinados serviços como a segurança social, as ações culturais, os programas educacionais e ambientais. Não se pode descurar o facto de algumas políticas económicas visarem a privatização de empresas públicas e de dependências do Estado. Salienta-se que nas últimas décadas tem-se redimensionado o espaço político, económico e social para e do Terceiro Setor, onde se perpetuam diversas organizações não lucrativas e voluntárias, mas também novas formas de trabalho e de organização, tanto a um nível quantitativo como qualitativo. A sociedade ainda espera que o Estado desempenhe este papel porém a exigência solicitada tem vindo a diminuir. Pelo que, como refere, Luksetich (2008) citado por Pevcin (2012), nos EUA, se se aumentar 10% dos subsídios estatais aumenta em 3.8% o número de organizações do Terceiro Setor, havendo assim uma delegação de competências. Bielefeld (2000) refere, igualmente, que existe uma relação positiva entre as despesas estatais ao nível social e um aumento do Terceiro Setor. Ou seja, o Terceiro Setor tende a aumentar a sua ação e intervenção na sociedade quando se verifica um maior apoio económico nesta área por parte do Estado.

Anheier (2002) coloca uma questão pertinente: De onde vem toda esta energia? E responde salientando que no Terceiro Setor existem empreendedores, empregadores, empregados, utentes e clientes, porém a característica que ressalta é a auto-organização, ou seja, os indivíduos apresentam capacidades organizativas em torno de interesses e necessidades que não se complementam nas lógicas de Mercado e não têm diretrizes unicamente estatais. A sociedade civil organiza-se na construção de ações coletivas com fins utilitários direcionados para o bem comum e para o bem-estar social. O Terceiro Setor cria uma diversidade institucional heterogénea na sociedade e tem impacto na redução e prevenção de estruturas monopolísticas, para além de incrementar a já referida inovação e coesão social.

Segundo o estudo de Chavez e Monzón (2007), as organizações do Terceiro Setor ressurgiram na Europa nos últimos 25 anos do século XX devido

às dificuldades sentidas pelos mercados económicos em dar respostas concretas a diversos problemas como o desemprego de longa duração, exclusão social, o enfraquecimento do bem-estar rural, o aumento da procura dos espaços urbanos, a saúde, a educação, a qualidade de vida dos pensionistas, o crescimento sustentável. As necessidades sociais mencionadas não estavam a ser suficientemente colmatadas pelas entidades privadas capitalistas ou pelas entidades públicas e nem sequer seriam facilmente encontradas *“soluções provenientes do auto-ajustamento dos mecanismos do mercado nem das políticas tradicionais macroeconómicas”* (Chavez e Monzón, 2007:15).

## **7. Síntese do capítulo**

Como se pode verificar, é evidente que o Terceiro Setor inclui uma variada e complexa quantidade de organizações da sociedade moderna. Estas organizações não servem apenas as necessidades humanas, mas também se constituem como uma força económica e um contributo significativo para a vida política e social (Zimmer, 2000). Conclui-se, igualmente, que o Terceiro Setor é considerado uma força económica a nível Europeu, estando mais representado em alguns países do que em outros. Porém, na generalidade, este setor apresenta características muito semelhantes que são facilmente transportadas de país para país. No que concerne ao emprego no setor, evidencia-se analogamente um crescimento nos últimos anos (Zimmer, 2000; Westlund, 2003, Bidet, 2006 Kendall, 2009; Almeida, 2011).

No caso Português, pode-se referir que existe uma base histórica sobre a sociedade civil, porém a sua evolução apresentou severas dificuldades devido às políticas paternalistas e regras autoritárias implementadas. Somente nas últimas décadas é que este setor tem acompanhado a evolução dos restantes países europeus, apesar dos dados estatísticos ressaltarem percentagens menores. Os números estatísticos portugueses aproximam-se essencialmente dos países do Sul da Europa (Itália e Espanha), pois estes vivenciaram contextos políticos e sociais semelhantes a Portugal.

### III – DADOS ESTATÍSTICOS

#### 1. Base de dados

Da análise da literatura efetuada destacam-se um conjunto de variáveis que podem ser consideradas determinantes para o estudo da dimensão e proliferação do Terceiro Setor, nos diferentes países. Como o presente estudo pretende realçar as variáveis que impulsionam o crescimento do Terceiro Setor, optou-se por, numa primeira, fase elaborar uma base de dados seccionais, abrangendo uma amostra de 102 países<sup>19</sup>, onde se incluíram dados estatísticos referentes às diversas variáveis, dependentes e independentes, delineadas como fulcrais para o estudo.

As fontes dos dados estatísticos presentes no estudo foram retiradas de várias bases de dados internacionais, nomeadamente da Enciclopédia das Nações que contém informações recentes sobre os países ([www.nationsencyclopedia.com](http://www.nationsencyclopedia.com)), da Organização Mundial do Trabalho ([www.ilo.org](http://www.ilo.org)), do Banco Mundial ([www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)), da Fundação Heritage ([www.heritage.org](http://www.heritage.org)), da Associação Religiosa de arquivos de dados ([www.thearda.com](http://www.thearda.com)).

**Tabela 4 – Variáveis, fontes e autores**

Variáveis	Fonte	Autores
População Ativa, em milhares	Enciclopédia das Nações	Archambault (2009)

<sup>19</sup> Afeganistão, África do Sul, Alemanha, Algéria, Andorra, Angola, Anguilla, Argentina, Arménia, Austrália, Áustria, Bangladesh, Barbados, Bélgica, Bolívia, Bosnia e Herzegovina, Botswana, Brasil, Bulgária, Burundi, Camboja, Camarões, Canadá, Cabo Verde, Chile, China, Colômbia, República Democrática do Congo, Costa Rica, Croácia, Cuba, Cipro, Costa do Marfim, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Etiópia, Finlândia, França, Ghana, Grécia, Guatemala, Guiné, Honduras, Hungria, Islândia, Indonésia, Iraque, Irlanda, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Letónia, Líbia, Lituânia, Luxemburgo, Macau, Macedónia, Malásia, Malta, México, Namíbia, Nepal, Nova Zelândia, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Paquistão, Panamá, Perú, Filipinas, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República da Coreia, República Islâmica do Irão, República da Moldávia, Roménia, Rússia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Sérbia, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Síria, Tailândia, Tunísia, Turquia, Uruguai.

Crescimento Anual, PIB	Banco Mundial	Salamon e Anheier (1996a; 1996b) Archambault (2009) Nissan, Castano e Carrasco (2010)
PIB <i>per capita</i> , em US dólares	Banco Mundial	Archambault (2009) Corbin (1999) Nissan, Castano e Carrasco (2010)
Percentagem da Agricultura, valor acrescentado do PIB	Banco Mundial	Archambault (2009)
Percentagem de pessoas empregues no setor dos serviços, valor acrescentado do PIB	Banco Mundial	Bevir e Rhodes (2001) Salamon e Anheier (1996a)
Percentagem de impostos no PIB	Fundação Heritage	Archambault (2009) Nissan, Castano e Carrasco (2010)
Percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza	Enciclopédia das Nações	Salamon e Anheier (1996a; 1996b) Archambault (2009) Nissan, Castano e Carrasco (2010)
Salários médio das pessoas empregues no Terceiro Setor, valor mensal e em euros	Organização Mundial do Trabalho	Archambault (2009) Mirvis e Hackett (1983) Leete (2000) Lanfranchi e Narcy (2006) Lange (2003) Hansmann (1980) Almond e Kendall (2000)

População empregue no Terceiro Setor em valores absolutos	Organização Mundial do trabalho	Archambault (2009) Leete (2000) Lanfranchi e Narcy (2006) Lange (2003) Hansmann (1980) Almond e Kendall (2000)
PIB por pessoa empregue	Banco Mundial	Archambault (2009)

Com a revisão da literatura, definiram-se as seguintes variáveis, posteriormente logaritmizadas, dada a sua importância para o estudo da dimensão do Terceiro Setor.

Assim sendo, definiu-se como variável dependente:

- *lpop3setor* - População empregue no Terceiro Setor, em milhares.

Por sua vez, as variáveis independentes, logaritmizadas, a que se deu ênfase são as seguintes:

- *lpopativa* - População Ativa, em milhares;
- *lPIB* - Crescimento anual do PIB;
- *lPIBpc* - PIB per capita, em US dólares;
- *lagric* – Percentagem da agricultura, valor acrescentado do PIB;
- *lserviços* – Percentagem da população empregue no setor dos serviços, valor acrescentado do PIB;
- *limpostosPIB* – Percentagem de impostos no PIB;
- *lpobreza* - Percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza;

Para a melhor compreensão da dimensão do Terceiro Setor, efetuou-se igualmente uma análise dos salários do Terceiro Setor, de forma a perceber

quais as determinantes para a sua variabilidade. Assim, definiram-se as seguintes variáveis, posteriormente logaritmizadas. A variável dependente é:

- *Isalários* – Salário médio das pessoas empregues no Terceiro Setor, valor mensal e em euros.

As variáveis independentes, logaritmizadas, são:

- *lpopativa* – População Ativa, em milhares;
- *lPIBpc* - PIB per capita, em US dólares;
- *limpostospib*- Percentagem de impostos no PIB;
- *lPop3Setor* - População empregue no Terceiro setor em valores absolutos;
- *lPIBemp* – PIB por pessoa empregue;

A tabela seguinte (tabela 5) apresenta as estatísticas descritivas das variáveis supracitadas:

**Tabela 5 – Estatísticas Descritivas**

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Min	Max
Lpop3setor	89	5.587232	1.881241	-	10.15441
				1.609438	
€ Isalários	69	6.200098	1.370544	1.791759	8.599142
Lpopativa	94	8.389514	1.911258	1.902107	13.58286
LPIBpc	101	2.648637	1.624878	.0667236	6.861712
(%) lagric	90	1.763526	1.033485	0	3.931826
(%)	95	3.038681	.5640998	.5877866	3.875359
limpostosPIB					
(%) lserviços	94	4.069705	.2697287	2.995732	4.454347
(%) IPIB	41	.9092156	.9473318	-	3.708682

				1.609438	
LPIBemp	80	3.078842	.9121735	.6328663	6.461468
(%) lpobreza	82	3.006002	.7241335	1.029619	4.248495

## 2. Metodologia de análise e resultados

Para testar as hipóteses delineadas, dar-se-á ênfase a um modelo de investigação descrito pela equação 1. As estimações serão realizadas pelo método de regressão linear múltipla. Prestou-se ainda atenção aos testes F e do R2.

A equação que se vai estimar para estudar quais as determinantes do Terceiro Setor é a seguinte:

$$lpop3setor_i = Const + \alpha_1 * lpopativa_i + \alpha_2 * lPIBpc_i + \alpha_3 * lagric_i + \alpha_4 * limpostosFIB_i + \alpha_5 * lservicos_i + \alpha_6 * lPIB_i + \alpha_7 * lpobreza_i + e_i$$

(Equação 1)

A tabela 6 demonstra-nos os resultados das várias estimações alcançadas sobre a equação 1.

**Tabela 6 – Resultados - Variável dependente: população empregue no Terceiro Setor)**

Pop Terceiro Setor	(I)	(II)	(III)
Lpopativa	0.8269169***	0.9171059***	0.9244783***

	(0.0876099)	(0.0540151)	(0.0416748)
% IPIB <sub>pc</sub>	0.0562527	-0.0410867	-0.0350219
	(0.0812817)	(0.0556706)	(0.0484869)
% lagric	-0.3144593	-0.3331433***	-0.2735984***
	(0.3141635)	(0.1227151)	(0.0929324)
% limpostosPIB	-0.5658929	-0.6296044**	-0.5523171***
	(0.4709033)	(0.2591059)	(0.1789537)
% lserviços	0.3916583	0.0304325	
	(0.7370252)	(0.4747448)	
% lpobreza	-0.2666826	0.0695054	
	(0.2478049)	(0.1313541)	
% Lpib	-0.0984842		
	(0.2762428)		
Conts	0.0729419	-0.0373694	-0.13694
	(2.304078)	(1.731136)	(0.800425)
Número de	23	60	72
Observações			
R2	0.8963	0.8594	0.8872
Teste F	18.52	53.98	131.80

Desvio Padrão em parênteses

Nível de Significância: 1% (\*\*\*) ; 5% (\*\*); 10% (\*)

Na tabela 6, mais concretamente nas estimações II e II, verifica-se, tendo em conta o nível de significância a 1%, que as variáveis independentes com coeficientes estatisticamente significativos são a população ativa (lpopativa), os níveis do PIB *per capita* (IPIBpc) e o peso da agricultura (lagric). A variável volume de impostos (limpostosPIB) aparece com um coeficiente

estimado com valor de nível de significância inferior de 5% na regressão II e de 1% na regressão III.

Através do Test F pode-se realçar que as várias regressões lineares presentes na tabela 6 são estatisticamente significativas. O R<sup>2</sup> permite perceber que quase 90% da variabilidade da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes. Ou seja, a população empregue no Terceiro Setor é explicada pela população ativa, pela dimensão da agricultura e do PIB *per capita*.

Em linha com estes resultados, Archambault (2009) salienta que se tem verificado, nos países membros da UE, um movimento convergente a nível político, económico e social, nomeadamente do crescimento do Terceiro Setor. Esta consistência surge associada ao aumento das taxas de crescimento do PIB dos países novos da UE.

Archambault (2009) no seu estudo divide os países europeus por *clusters* de acordo com a dimensão e características do Terceiro Setor. Para efetuar essa divisão, uma das variáveis que Archambault utilizou foi a relação governamental que é medida através dos níveis de impostos e o tipo de governação, como se pode verificar no anexo 1 (Quadro Síntese do Terceiro Setor e os Modelos de Estado Social). Deste modo, podemos salientar que para Archambault (2009) existe uma relação positiva entre a dimensão do Terceiro Setor e os níveis de impostos praticados nos países analisados. Nissan, Castano e Carrasco (2010) reforçam, igualmente, que quanto maior for a riqueza de um país, maior será o Terceiro Setor. Segundo Pevcin (2012), existe uma relação positiva entre rendimento e a dimensão do Terceiro Setor, como esperado. Esta relação indica que os fatores do lado da oferta, bem como a disponibilidade das suas estruturas, contribuem positivamente para a importância e desenvolvimento socioeconómico do Terceiro Setor. Corbin (1999) citado em Pevcin (2012) conclui que o coeficiente de correlação existente entre o rendimento *per capita* e a dimensão do Terceiro Setor é de 0.50.

A dimensão da empregabilidade no Terceiro Setor está estritamente relacionada com o maior número de pessoas em idade ativa, sendo que quando aumenta a população ativa aumenta, conseqüentemente, a população empregue no Terceiro Setor. Quanto à variável independente agricultura,

analisando o coeficiente (-49.93), observa-se que existe uma correlação negativa, quando a população empregue na agricultura aumenta, por sua vez, a população empregue no Terceiro Setor diminui.

Para Pevcin (2012) a relação entre pobreza e o Terceiro Setor é negativa e estatisticamente significativa, no entanto, através dos dados obtidos na tabela 6, pode-se verificar que o coeficiente desta variável não tem significância estatística.

Por sua vez, a equação utilizada para se perceber quais as causas para a variabilidade dos salários no Terceiro Setor é a seguinte:

$$l\text{salários}_i = \text{Const} + \alpha_1 * l\text{PIBemp}_i + \alpha_2 * l\text{impostosPIB}_i + \alpha_3 * l\text{popativa}_i + \alpha_4 * l\text{pop3setor}_i + \epsilon_i$$

(Equação 2)

A tabela 7 demonstra-nos os resultados das várias estimações alcançadas sobre a equação 2.

**Tabela 7 – Resultados - Variável dependente: salário médio das pessoas empregues no Terceiro Setor**

€Salários	(I)	(II)	(III)
% IPIBemp	1.179024*** (0.205626)	1.104639*** (0.2036577)	1.034528*** (0.2734117)
% limpostosPIB	0.7345155** (0.3102078)	0.883686*** (0.3060741)	0.9943874** (0.4057047)
IPopativa	-0.0644832 (0.161292)	-0.055891 (0.0646999)	

I3Setor	-0.0245329		
	(0.1669836)		
Constante	0.9918574	0.5241419	-0.1750666
	(1.071127)	(1.046381)	(1.032366)
Número de	50	54	55
Observações			
R2	0.6756	0.6640	0.5022
Teste F	23.43	32.93	26.23

Desvio Padrão em parênteses

Nível de Significância: 1% (\*\*); 5% (\*\*); 10% (\*)

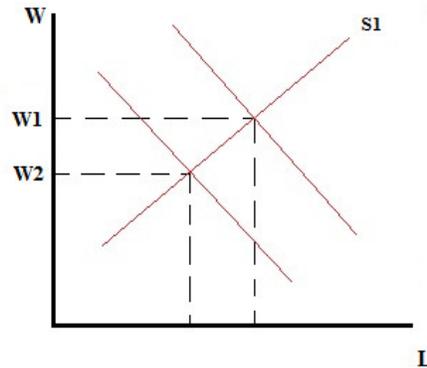
Com os dados descritos na tabela 7, pode-se apurar que as variáveis que têm coeficientes cujo erro estimado assume uma menor significância são a variável PIB por pessoa empregue e impostos PIB. As restantes variáveis têm coeficientes estimados com valores de significância do erro estimado superior a 10% nas várias estimações, pelo que não são consideradas estatisticamente significativas. Com os dados do Test F conclui-se que a regressão linear também é estatisticamente significativa e através do teste R2 conclui-se que mais de 50% da variabilidade da variável dependente salários é explicada pelas variáveis explicativas.

Analisando o coeficiente de correlação da variável dependente *salários* com a variável independente PIB por pessoa empregue, pode-se destacar que existe uma associação linear positiva, ou seja, os salários no Terceiro Setor tendem a ser maiores nos países que apresentam um maior PIB por pessoa empregue. Assim sendo, pode-se concluir que os países com um maior rendimento *per capita* (por pessoa empregue) é que possuem excedentes para que os salários, nomeadamente no Terceiro Setor, se apresentem mais altos. Quanto à variável independente impostos, a associação existente também é positiva pelo que demonstra que com os aumentos do peso dos impostos nos países aumenta, igualmente, os salários praticados no Terceiro Setor. Nissan, Castano Carrasco (2010) referem no seu estudo que as despesas públicas têm

um efeito direto e positivo nas atividades do Terceiro Setor. Estes autores afirmam, igualmente, que existe uma relação positiva entre desenvolvimento económico e o Terceiro Setor e salienta que as atividades deste setor beneficiam com a confiança no desenvolvimento económico de um país.

Através da análise das estimações mencionadas anteriormente, sintetizou-se os dados daí provenientes no seguinte gráfico.

### Gráfico 5 – Síntese dos Resultados



O salário de um país é determinado por diversos fatores, no entanto, a partir dos estudos supramencionados, salientar-se-á a importância da riqueza de um país na variação salarial. Assim, pode-se afirmar que o nível de rendimento de um país afeta o mercado de trabalho, nomeadamente a definição dos salários praticados. A partir da análise do gráfico 5, verifica-se que os salários de um país tenderão a aumentar de acordo com o aumento da riqueza do mesmo (PIB). Esta premissa já tinha sido salientada por Adam Smith, no seu livro Riqueza das Nações, ao referir que o salário aumenta quando a riqueza nacional cresce. Por sua vez, o autor David Ricardo (1982) citado em Campos (1991:135) refere que *“na medida em que a sociedade progride e que aumenta o seu capital, os salários de mercado do trabalho*

*subirãõ*”. Para este autor, o crescimento de um país dita qual o preço do trabalho de cada indivíduo, no entanto, não se centra apenas nesta variável, fazendo referência a outras determinantes, tais como os aspetos demográficos. Os salários do Terceiro Setor, de acordo com os dados estatísticos, tendem igualmente a serem determinados pela riqueza de um país, havendo uma associação positiva entre ambas as variáveis.

## IV - IMPLICAÇÕES

Como já foi possível perceber, o Terceiro Setor tem vindo a verificar um crescente desenvolvimento ao longo das últimas décadas e, sobretudo, tem aumentado a sua visibilidade e importância junto das comunidades locais. Este crescimento tem-se verificado desigual de país para país no seio, por exemplo, da UE. Pelo que podemos observar as causas que favorecem ou desfavorecem esta expansão são variadas e diferem de país para país.

Das análises efetuadas sobressaem várias teorias que apontam quais as variáveis que explicam o crescimento do Terceiro Setor, nos diferentes países. A nível qualitativo pode-se salientar as explicações baseadas na designada “*escola microeconómica americana*” (Almeida, 2005), que articulam a emergência das iniciativas do Terceiro Setor com os contínuos fracassos do Estado e do Mercado. Bem como, as abordagens económicas pós-modernas e neoliberais onde se verifica uma negação do Estado intervencionista, nomeadamente uma redução do papel do Estado no que se refere à proteção social. Para os pensadores neoliberais, como Von Hayek, a ordem social não deveria ser regulada pela economia e os mecanismos do mercado deveriam ser superiores à produção direta do Estado. A política neoliberal contraria assim as teorias Keynesianas do bem-estar social, descredibilizando-a. O neoliberalismo reforça a ideia que o social é da competência apenas da sociedade civil, pelo que o Estado não tem qualquer obrigação e reforça a primazia do indivíduo sobre o coletivo.

Assim, na generalidade, o Terceiro Setor surge para colmatar estas falhas do Estado e do setor privado, dando resposta às necessidades e aos problemas das sociedades. Atualmente, o Estado ainda é considerado a entidade responsável por colmatar estas necessidades, podendo fazê-lo diretamente através dos seus serviços ou colaborar na construção de um Terceiro Setor mais coeso, promovendo a sua profissionalização e auxiliando nas formas de financiamento e sustentabilidade. Através da criação de parcerias, o trabalho desenvolvido pelas Instituições do Terceiro Setor e do Estado terá um maior impacto na sociedade e no combate aos seus problemas. Almeida (2005) refere-se à *teoria da interdependência* para caracterizar a relação entre o Estado e o Terceiro Setor, havendo uma cooperação entre

ambas. Por sua vez, Boaventura Sousa Santos (Ferreira, 2000) reforça a ideia de que não deve existir uma dicotomia entre o Estado e a sociedade civil, não podendo ser concebidos separadamente. Assim sendo, este autor não abandona a ideia do Estado-providência, considerando que é papel deste criar condições para coexistência. *“Se com o Estado-providência as fronteiras entre Estado e sociedade civil se haviam tornado mais ténues, com a ortodoxia da crise do Estado-providência surgiu a ortodoxia do regresso da sociedade civil ou da comunidade”* (Ferreira, 2000:35).

O Terceiro Setor faz parte integrante da comunidade local, pelo que inter-relaciona-se com os restantes membros da sociedade, não apenas com o Estado mas também com as Instituições privadas e com o setor informal das famílias e da comunidade. Desta forma, o Terceiro Setor absorve ideias, conflitos e motivações desta rede de inserção, permitindo a sua diferenciação em relação às restantes esferas da sociedade. Assim sendo, o próprio Estado deve criar espaço para o aparecimento e enraizamento das organizações do Terceiro Setor na sociedade.

Vários autores salientam que este setor é uma força económica, *“que não pode ser negligenciada, devido ao importante papel que desempenha nas economias modernas”* (Almeida, 2005). Como se verifica na tabela 6, pode-se salientar que o Terceiro Setor tem aumentado devido ao incremento gradual da população, nomeadamente da população ativa. O Terceiro Setor apresenta-se com um *“carácter estruturante e de regulação da vida económica”* (Almeida, 2005), desempenhando, igualmente, um papel fulcral na criação de emprego. Da revisão bibliográfica sobressai o facto de nas últimas décadas este setor ter aumentado o seu número de empregados, apresentando taxas significativas, não se restringindo apenas a um setor caracterizado pelo voluntariado. Uma das grandes valias das organizações do Terceiro Setor é o impacto que promovem na comunidade local, contribuindo para o seu desenvolvimento através do uso dos próprios recursos locais. Outra característica que potencia o seu crescimento é a flexibilidade e a capacidade de adaptação, porém estas organizações têm dificuldade em fazer grandes investimentos. A própria UE tem vindo a reforçar a importância do Terceiro Setor para o desenvolvimento e crescimento económico e social dos seus Estados-membros. Considerando que este cresceu dando respostas aos problemas criados pelo capitalismo e

pelas políticas neo-conservadoras, nas sociedades industriais e pós-industriais, entende-se que o mesmo terá um papel fulcral no desenvolvimento de ações que visem o mitigar da crise atual. As pessoas, presentemente, tendem a procurar desesperadamente uma alternativa à versão neoliberal da globalização.

Muitos autores, nomeadamente Melo (2011) e Bubb (2007), salientam que o Terceiro Setor deverá proceder a uma profissionalização de forma a dar uma resposta mais qualitativa, já que o Setor movimenta profissionais tal como o Estado e o Mercado. Bubb (2007), especificamente, não se refere apenas à profissionalização como a captação de mão de obra qualificada (com título académico), mas à formação dos indivíduos envolvidos no setor, nomeadamente os voluntários, de forma a tornar as respostas eficazes.

Como foi possível verificar através das estimações, as diferentes dimensões do Terceiro Setor estão relacionadas com os níveis riqueza de cada país (PIB). Assim, o Terceiro Setor surge com uma dimensão maior nos países considerados desenvolvidos. Esta estimação reforça as conclusões de estudos já efetuados, nomeadamente de Archambault (2009), que salienta que o crescimento do Terceiro Setor surge associado ao crescimento do PIB. Também o estudo de Nyssan, Castano e Carrasco (2010) salienta a existência de uma relação positiva entre a riqueza de um país, desenvolvimento económico e o crescimento do Terceiro Setor.

Através da análise estatística efetuada, no presente estudo, considera-se que o Terceiro Setor surge associado ao aumento das receitas públicas de um país, apesar de no estudo de Nyssan, Castano e Carrasco (2010) se verificar um aumento do Terceiro Setor quando o Estado aumenta as despesas públicas relacionadas com a segurança social. Estes autores salientam que embora o nível de significância desta relação seja baixo, parece existir uma relação e parceria entre a atividade do setor público e do setor não lucrativo, não existindo um efeito *crowding-out* entre as variáveis. Pecvin (2012) sugere, igualmente, que não existe o efeito *crowding-out*, sendo que a relação entre gastos governamentais (despesas públicas) e o Terceiro Setor é positiva e estatisticamente significativa. Assim verifica-se uma relação de complementaridade entre o Estado e o Terceiro Setor quando ocorre falhas no Estado e no Mercado.

Cunha (2007) refere que a variável económica não pode explicar, isoladamente, o crescimento do Terceiro Setor. Assim sendo, a partir da análise do estudo de John Hopkins University, a autora enfatiza que o *“Terceiro Setor se expandiu e desenvolveu refletindo a relação que existe entre a sociedade civil e o Estado”*.

A emergência das iniciativas das organizações do Terceiro Setor ocorreu no momento da designada *“questão social, de agravamento da pauperização da classe operária e da consciência dos limites ao progresso resultantes de uma sociedade caracterizada por fortes problemas sociais e económicos”* (Quintão, 2004:3).

Para além dos aspetos económicos que o Terceiro Setor implica existem dimensões sociais que progridem com o crescimento deste setor. Certamente que as atividades do Terceiro Setor influenciam os valores e o conhecimento e interferem nas relações humanas. Por isso, tanto direta ou indiretamente, as organizações do Terceiro Setor constituem-se como uma peça fulcral no capital social e no desenvolvimento humano de um país.

Tendo em conta a análise que se fez até ao momento sobre as causas explicativas do surgimento e enraizamento do Terceiro Setor na sociedade contemporânea considera-se pertinente reajustar esses modelos às mudanças que foram percecionadas e aos conhecimentos que se foram adquirindo. *“É necessário procurar um paradigma alternativo ao dominante, alicerçado em pressupostos metodológicos diferentes, para que se possa avançar um pouco mais na compreensão do lugar e do papel do Terceiro Setor nas economias contemporâneas”* (Almeida, 2005:64). Como refere este autor, quando se proceder à construção de um novo paradigma relativo ao Terceiro Setor é essencial ter em conta alguns pressupostos. Isto é, o Terceiro Setor deve ser analisado como uma *“unidade de análise socialmente construída”* (Almeida, 2005:64), não dando apenas enfoque aos indivíduos que participam nas dinâmicas institucionais (nível micro) nem alargando a visão apenas ao âmbito social e institucional (nível macro), ou seja, não deverá existir uma dissociação de ambos os elementos. O Terceiro Setor deve ser visto na sua totalidade, focalizando igualmente o seu processo histórico e evolutivo e, avaliando o contexto social e económico em que se insere, bem como as suas especificidades. Importa salientar que não se pretende uma análise minuciosa à

evolução histórica das organizações do Terceiro Setor mas sim uma adequação a estas mesmas informações aos estudos empíricos existentes ou à submissão de novos dados. Sendo este setor um “*mecanismo de regulação sócio-económica*” (Almeida, 2005:64), não deverá ser analisado separadamente do Estado e do seu papel, já que ocorre uma dinâmica permanente entre ambos. Durante décadas, a teoria económica, considerava o Estado e o Mercado os únicos mecanismos de regulação da vida social e económica de um país. Sendo o Mercado encarado como o principal, cabendo ao Estado apenas colmatar as suas falhas. Laville et al (2000) citado em Almeida (2005) redefiniu esta visão dicotómica associando os três modelos de organização da atividade económica nomeadamente o princípio do mercado, o da redistribuição e o da reciprocidade<sup>20</sup>, a três tipos de economia baseados num princípio: mercantil, não mercantil e não-monetária. Assim sendo, o Terceiro Setor apresenta-se como uma forma *híbrida* que se encontra entre estes três tipos de economia. Por fim, uma nova abordagem não pode esquecer que as várias ciências devem proceder a análise conjunta da dimensão do Terceiro Setor, devido à sua complexidade, construindo-se pontes para um melhor rendimento científico e académico. É de salientar que as abordagens construídas pelas visões microeconómicas e neo-clássicas não devem ser abandonadas, já que trouxeram questões pertinentes ao estudo deste setor e continuam a ser relevantes para a compreensão deste fenómeno.

---

<sup>20</sup> Estes três modelos foram, primeiramente, pensados por Karl Polanyi (1980) citado em Almeida (2005) rejeitando assim em 1980 as teorias académicas predominantes que consideravam os únicos reguladores económicos o Estado e o Mercado.

## V - CONCLUSÃO

Com o presente estudo procurou-se analisar e perceber a complexidade de um setor em contínuo crescimento, dando ênfase à pesquisa de trabalhos académicos já elaborados bem como através da realização de equações estatísticas. Conclui-se que o Terceiro Setor, caracterizado pela sua indefinição de conceitos, de abrangência e de ação, exerce atualmente uma força social e económica nas sociedades.

Ao nível europeu ainda se verificam diferenças significativas, apesar da tentativa da UE em sugerir directrizes que promovam a uniformização deste setor. Pode-se considerar um obstáculo a multi-definição que este setor ainda apresenta, não havendo uma terminologia que lhe permita um maior reconhecimento e visibilidade entre os vários países. Para isso, os investigadores optam por desenhar tipos e modelos onde possam enquadrar vários países, permitindo uma análise comparativa entre eles. Na revisão bibliográfica reparou-se que os autores aglomeram vários dados de acordo com os modelos de Estado-providência vigentes, de acordo com a heterogeneidade da composição do Terceiro Setor em cada país, das taxas de emprego e das características do mercado de trabalho. Estas teorias apesar de homogeneizar as características continuam a salientar a diversidade e complexidade deste setor.

Contudo, para que gradualmente o Terceiro Setor ganhe uma maior visibilidade e aceitação e para que se continue neste ritmo de desenvolvimento é necessário torná-lo homogéneo? As suas especificidades não serão uma mais-valia para o seu próprio desenvolvimento?

Para além da revisão bibliográfica, procurou-se através da análise estatística perceber quais as causas para a dimensão do Terceiro Setor, encontrando variáveis susceptíveis de definir moldes de conhecimento. Assim, sabe-se que o crescimento do Terceiro Setor está intrinsecamente relacionado com a população ativa de cada país, com PIB *per capita* e com a dimensão da agricultura.

Na globalidade do presente trabalho (revisão bibliográfica e análise empírica) sabe-se que aumentando o PIB *per capita*, o nível de despesas públicas, o número de pessoas com um nível de educação e formação

superior, diminuindo a população empregue na agricultura, aumentando os apoios e financiamentos estatais que o Terceiro Setor tende a, identicamente, aumentar o seu volume e a sua dimensão. Estas variáveis aparecem como causa para um fenómeno complexo mas que com estudos persistentes se tende a encontrar respostas.

Focou-se, igualmente, o estudo na abordagem do emprego e, com as análises estatísticas, deu-se ênfase às questões salariais. Por isso, conclui-se que os salários variam de acordo com o PIB por pessoa empregue e com a riqueza de cada país.

Porém, considera-se essencial continuar a análise das causas do crescimento e das diferentes dimensões do Terceiro Setor. É importante proceder à análise comparativa de atividades deste setor com outras atividades económicas que prevalecem no Estado e no Mercado, encontrando similitudes e diferenças.

Após as sucessivas análises e sabendo que o Terceiro Setor ainda tem muitas características desconhecidas, o grande desafio que se lhe coloca é, na prática, o seu financiamento. Considerado um setor sem fins lucrativos, que lhe permite uma maior confiança por parte da população, sobrevivendo com o apoio e cooperação do Estado e do setor privado, onde se poderá encontrar estratégias para a sua sustentabilidade financeira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, V. (2005). A lógica sócio-económica do Terceiro Setor, *Interações*, Número 8, 55-82.
- Almeida, V. (2011). *As instituições particulares de solidariedade social, Governação e Terceiro Setor*. Coimbra: Edições de Almedina.
- Almond, S. & Kendall J. (2000). Paid employment in the self-defined voluntary Sector in the late 1990s: An initial description of patterns and trends, *Civil Society Working Paper 7*, August.
- Almond, S. & Kendall, J. (2000). Low pay in the UK: The case for a three Sector comparative approach (António David Cattani, 2009), *Civil Society Working Paper 6*, January.
- Andrade, A. & Franco, R. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Anheier, H. & Hollerweger, E. & Badelt C. & Kendall, J. (2003) *Work in the non-profi Sector: forms, patterns and methodologies*. Geneve: International Labour Office.
- Anheier, H. (2002). The Third Sector in Europe: Five theses, *Civil Society Working Paper 12*, February.
- Archambault, E. (2009), The third sector in Europe: Does it exhibit a converging movement?, in Bernard Enjolras, Karl Henrik Sivesind (ed.) *Civil Society in Comparative Perspective (Comparative Social Research, Volume 26)*, Emerald Group Publishing Limited, 3-24.
- Bacchiega, A. & Borzaga C. (2003) The economics of the Third Sector: towards a more comprehensive approach, In H. Anheier & A. Ben-Ner (Eds), *The study of non profit enterprises: theories and approaches*, New York: Nonprofit and civil society studies.
- Barrios, J. (2011). *Existence of non-profit organizations in the United States of America*, Documento de Investigación Nro. 68, Facultad de Administración y Ciencias Sociale, Universidad ORT Uruguay.
- Ben-Ner, A. & Hoomissen, V. (1991) Nonprofits in the Mixed Economy: A Demand and Supply Analysis. *Annals of Public and Cooperative Economics* 62. pp. 519-50.

- Bevir, M. & Rhodes, R. (2001). A Decentered Theory of Governance: Rational Choice, Institutionalism, and Interpretation, *Colloquium at the Institute of Governmental Studies*, University of California, Berkeley.
- Bidet, E. (2006). Third system and employment in Europe, *EU Studies*, 19: 141 – 156.
- Bielefeld, W. (2000). Metropolitan Nonprofit Sectors: Findings from the NCCS Data. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 29, pp. 298-314.
- Borzaga, C. (1995). *Terzo Settore e Occupazione: un'analisi critica del dibattito*. Trento: ISSAN, Università degli Studi di Trento.
- Bubb, S. (2007). *Building castles in the air: the case for professionalising the third Setor*.
- Caeiro, J. (2008). Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katál Florianópolis v. 11, nº1*, 61 – 72.
- Campbell, M. (1999), “The Third System Employment and Local Development”, *Volume 1 - Synthesis Report*, Comissão Europeia.
- Campbell, M. (1999). The Third System, Employment and Local Development, - the European experience. *International Conference of the Third Sector*. Dublin: ISTSR.
- Campos, S. (1991). *A questão das determinantes dos salários nas teorias clássica, marxista e neoclássica*, Porto Alegre: Ensaios FEE, 12(1), 131-157.
- Cesifo – DICE Report, Journal for Institutions Comparisons. *Bismarck versus Beveridge: Social insurance system in Europe*, p. 70 – 72, 2008.
- Chaves, R., & Monzon, J. L. (2007). *The social economy in the European Union*. Report N8. CESE/COMM/05/2005 EESC. DICESE 97/2007 GR III ahc.
- Corbin, J. J. (1999). A Study of Factors Influencing the Growth of Nonprofit in Social Services. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 28, No. 3, pp. 296-314.
- Costa, J.R. (2004) *Sociedade civil, humanitarismo e utilitarismo: Um estudo empírico sobre os padrões de solidariedade das ONGs da RMR*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife.

- Cunha, L. (2007). *A Arte da Associação – O Terceiro Setor em debate O caso brasileiro numa perspetiva comparada*, Tese de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Defourny, J. (2009). Economia Social. In Cattani, A., Laville, -L, Gaiger, L., Hespanha, P., *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 156 - 161). Coimbra: Almedina.
- D’Isanto, F. & Mosca, M. & Musella M. (2009). *Is there Gender Segregation and Discrimination in the Social Enterprise? The Italian Case*, Naples: University of Naples Federico II.
- Encyclopedia of Nations (n.d.) Informação retirada do site <http://www.nationsencyclopedia.com/>
- Eurostat (n.d.) Informação retirada do site <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>
- Fenger, M. (2002). Market, State and Third Sector in Employment Policy: An international Comparison, *International Sociological association World Congress*, Brisbane, Australia.
- Fernandes, R.C. (1997) O que é o terceiro setor?. In Evelyn Berg loschpe (org.) *3º setor: Desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ferreira S. (2000). *O papel das organizações do terceiro setor na reforma das políticas públicas de proteção social, Uma abordagem teórico-histórica*, Tese de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Ferreira, S. (2006). Empreendedorismo social, profissionalização e emprego. In *Observatório do Emprego e Formação Profissional (org.), A Economia Social e a Promoção de Emprego*. Lisboa: OEFP.
- Ferreira, S. (2009). Terceiro Sector. In Cattani, A., Laville, -L, Gaiger, L., Hespanha, P., *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 322-327). Coimbra: Almedina.
- Franco, R., Sokolowski, S.W., Hairel, E. & Salamon, L. (2005). *The portuguese non profit sector in a comparative perspective*, Porto: Universidade Católica do Porto, University John Hopkins.

- Frank, H. (1996) What Price the Moral High Ground? *South. Econ. J.* 63, 1:1–17, July.
- Grønbjerg, K. A. & Paarlberg, L. (2001), “Community Variations in the Size and Scope of the Nonprofit Sector: Theory and Preliminary Findings.” *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 30, pp. 684-706.
- Handy, F. & Katz, E. (1998). The Wage Differential between Nonprofit Institutions and Corporations: Getting More by Paying Less? *Journal of Comparative Economics* 26, 246 – 261.
- Hansmann, H. (1980) The Role of Nonprofit Enterprise. *The Yale Law Journal*, 39, pp 835-898.
- Hansmann, H. (1987). *Economic Theories of Nonprofit Organizations*. In Powell (ed.), pp 27-42.
- Heritage Foundation (n.d.) Informação retirada do site [www.heritage.org](http://www.heritage.org)
- Hopkins, L. (2010). *Mapping the Third Sector: A context for social leadership*, Londres: Clore Social Leadership Programme.
- International Labour Organization (n.d.) Informação retirada do site [www.ilo.org](http://www.ilo.org)
- James, E. (1987). The Nonprofit Sector in Comparative Perspective. In *W.W. Powell* (ed.). pp 397-415.
- Kendall, J. & Anheier, H. (1999). The Third Sector and the European Union Policy process: an initial evaluation, *Journal of European Public Policy*, 6:2 Junho, 283 – 307.
- Kendall, J. (2000). *The mainstreaming of the third Sector into public policy in England in the late 1990s: Whys and wherefores*, Civil Society Working Paper 2, January.
- Kendall, J. (2003). *The Voluntary Sector*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Kendall, J. (2009). *Handbook on Third Sector Policy in Europe: Multi-Level processes and organized civil society*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Koning, P., Noally, J. & Visser, S. (2007). Do not-for-profits make a difference in social services? A survey study, *De Economist* 155, nº3, 251 – 270.

- Landim, L. (2002a) Múltiplas identidades das ONGs. In Sérgio Haddad (org.) *ONGS e universidade: Desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong.
- Lanfranchi, J. & Narcy, M. (2006). *Wages and effort in the french for-profit and nonprofit sectors: Labor Donation Theory Revisited*. Paris: ERMES, University Paris 2.
- Lange, C. (2003). Gender – an issue for social organizations in Germany?, *Social World and Society*, Volume 1, Issue 1.
- Laville et al (2000). Terceiro Sistema: Uma Definição Europeia. In *CIRIEC, As Empresas e as Organizações do Terceiro Sistema: Um Desafio Estratégico para o Emprego*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- Lee, Y. (SD). *The determinants of sector choice: what attracts people to the nonprofit sector and there are gender differences?*, Texas: School of Economic, Political and Policy Sciences, University of Texas.
- Leete, L. (2000). Wage equity and employee motivation in nonprofit and for-profit organizations, *Journal of Economic Behavior & Organization*, Vol. 43, 423–446.
- Lima, I. (2011). *A Corrupção Participada na Administração Local em Portugal (2004 - 2008)*, Tese de Mestrado em Política Comparada, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Luksetich, W. (2008). Government Funding and Nonprofit Organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, Vol. 37, No. 3, pp. 434-442.
- Melo, M. (2011). *Profissionalização institucional no Terceiro Setor e atuais demandas*. Braga: CICS, Universidade do Minho.
- Mirvis, P. & Hackett, E. (1983). Work and work force characteristics in the nonprofit Sector, *Monthly Labor Review* 106, 3 – 12.
- Nissan, E., Castano, M. & Carrasco, I. (2010). Drivers of non-profit activity: a cross-country analysis, *Springer Science+Business Media* 38, 303 – 320.
- OECD (2003), *The Nonprofit Sector in a Changing Economy*. Bruxelas: OECD.
- Paquy, L. (2004). *European Social Protection Systems in Perspective*, Compostela Group of Universities and the PHOENIX TN.

- Pevcin P. (2012). Analysis of cross-country differences in the non-profit sector size, *Prague Economic Papers*, issue 2, pp 186-204.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work. Civic Traditions in Italy*. Princeton e New Jersey: Princeton University Press.
- Quadagno, J. (1987). Theories of the Welfare State. In *Annual Review of Sociology*, pp 109-128.
- Quintão, C. (2004). Terceiro Sector – Elementos para a referenciação teórica e conceptual. *V Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Minho, Maio.
- Ramos, M. (2011). Economia Solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, Volume II, nº1, pp.81-104.
- Reis M. (2003). *A economia social face às questões do emprego: a função reguladora do terceiro sector no domínio da política económica e social*, Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica da Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Ricardo, D. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo, Abril. (Primeira edição inglesa, 1817).
- Rodrigues, E. (2010). *Escassos Caminhos, Os processos de Imobilização Social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.
- Salamon, L. & Anheier, H. (1996a). *Social Origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationality*. Baltimore: The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies, The John Hopkins University.
- Salamon, L. & Anheier, H. (1996b). *The Nonprofit Sector: a new global force*. Baltimore: The Johns Hopkins University Institute for Policy Studies, The John Hopkins University.
- Salamon, L., Hems L. & Chinnock, K. (2000). *The Nonprofit Sector: for what and for whom?*, Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, The John Hopkins University.
- Seibel, W. (1990). Government/Third Sector Relationships in a Comparative Perspective: The Cases of France and West Germany. In *Voluntas* 1: 42-61.

- The Association of Religion Data Archives (n.d.) Informação retirada do site [www.thearda.com](http://www.thearda.com)
- Vivet, D. & Thiry, B. (2000). Field of study, quantitative importance and national acceptations. In CIRIEC, *The enterprises and organization of the third system: a strategic challenge for employment* (pp. 10-28). Liege: International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy.
- Weisbrod, B. A. (1988). *The Nonprofit Economy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Weisbrod, B. A., ed., (1998). *To Profit or Not to Profit: The Commercial Transformation of the Nonprofit Sector*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Westlund, H. & Westerdahl, S. (1997). *Contribution of the Social Economy to Local Employment*. Östersund / Stockholm: Institutet för social ekonomi / Koopi.
- Westlund, H. (2003). Social Economy and Employment – the case of Sweden, *Review of Social Economy*, 163 – 182.
- World Bank (n.d.) Informação retirada do site <http://www.worldbank.org/>
- Zimmer, A. (2000). *The Third Sector in Germany*. Münster: Institut Für Politikwissenschaft, Westfälische Wilhelms Universität Münster.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Quadro síntese do Terceiro Setor e os modelos de Estado Social

Os dados do quadro síntese que se segue foram retirados do estudo de Edith Archambault (2009), à exceção das estatísticas referentes às taxas de desemprego que foram retirados do site da Eurostat, referentes a 2011.

<b>“CLUSTERS” / CARACTERÍSTICAS</b>	<b>Continental ou Corporativista</b>	<b>Anglo-saxónico ou Liberal</b>	<b>Nórdico ou Sócio- democrata</b>	<b>Mediterrânico ou Emergente</b>	<b>Leste ou Pós- comunista</b>
	(Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda)	(Reino Unido e República da Irlanda)	(Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia)	(Grécia, Portugal, Espanha)	(República Checa, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia)
<b>Relação governamental</b>	Descentralizado	Centralizado	Centralizado	Descentralizado	Centralizado
<b>Impostos</b>	Elevados	Baixo	Altos	Altos	Altos
<b>Principal Religião</b>	Catolicismo ou catolicismo / protestantismo	Protestantismo (Reino Unido) Catolicismo (Irlanda)	Protestantismo	Catolicismo	Catolicismo ou sem religião
<b>Caracterização</b>	Pouco flexível	Flexível	Flexisegurança	Baixo	Média - Alta

<b>Mercado Trabalho</b>						
<b>Taxa de Desemprego</b>		Bélgica, França, Alemanha, Itália - 6 a 10% Áustria, Holanda – 4%	Reino Unido – 7 a 8% República Irlanda – 14%	Dinamarca, Suécia, Finlândia – 7 a 8% Noruega – 3%	Grécia – 18% Portugal – 13% Espanha – 23%	Polónia – 9% Roménia – 8% República Checa – 7% Hungria – 10% Eslováquia – 14%
<b>Emprego Mulheres</b>		Variável, Part-time	Alta, Part-time	Alta, Part-time	Baixa, Full-time	Alta, Full-time
<b>Modelo Social</b>	<b>Estado</b>	Bismarckiano	Beveridgiano / Assistencialista	Beveridgiano	Bismarckiano / Beveridgiano	Beveridgiano / Assistencialista
<b>Caracterização Terceiro Setor</b>		Um número significativo de cooperativas nas áreas da saúde e seguros (à exceção da Itália);  Grande número de associações criadas através das iniciativas dos cidadãos;	Cooperativas de consumidores;  Grande número de associações baseadas no voluntariado	Cooperativas agrícolas e de consumidores;  Maioritariamente, Associações recreativas e culturais  Bastantes	Número significativo de cooperativas de âmbitos variados;  As associações são recentes, nomeadamente as de âmbito social  As fundações são	Cooperativas tradicionais relacionadas, na sua maioria, com a agricultura  As associações são recentes e, sobretudo, de âmbito recreativo e cultural;  Um número

	As fundações são recentes e encontram-se em crescimento	Bastantes no Reino Unido, poucas na Irlanda	fundações <i>grant-making</i>	recentes e estão em crescimento	significativo de fundações, criadas recentemente
<b>Recursos Humanos de acordo com a % total de emprego</b>	8%	9.4%	6.4%	4.3%	1.2%
<b>Origens recursos financeiros</b>					
Fundos Públicos	58%	47%	33%	32%	28%
Fundos Privados	37%	45%	59%	49%	54%
Doações	5%	9%	7%	19%	18%

## Anexo 2 – Base de Dados

País	Total Pop	Total Act	Total Pop	Total Act	Total Pop	Total Act	Total lab	Labor Fo	Labor Fo	Total Unq	Total Unq	Total Mei	Total Mei	Total Wo	Total Wo	Total Wa	Total Wa	Total Wa	Total Wa	GDP (% C
Afghanistan		4296.3		2275.0		2021.3														40.8
Algeria		10315.0					224.0	152.4	71.6	1671.5	15.1	1370.4	2.6	301.1	4.6	10214	102			2.1
Andorra	84.5	41.0	44.2	21.8	40.3	19.2										1717.4	1558	1865.4	1050.9	3.6
Angola																				0.7
Anguilla	12.9	6.7	5.628	3.221	5.802	2.828	0.2	0.0	0.1							1301.93	359			
Argentina	24007.4	11089.7	11388.5	6275.7	12618.9	4814.1	592.4	258.4	334.0	1049.2	45.7	488.9	16.9	560.3	28.8					0.9
Armenia	3230.1	1194.6	1562.6	599.6	1667.5	595.0										57834	111	69939	49303	-14.4
Australia	21343.9	11211.4	10595.4	6116.1	10748.5	5095.2	515.5	228.7	286.8	470.9	13.0	236.9	6.4	234.0	6.6	24.68	2477	25.80	23.29	1.3
Austria	8220.0	4252.3	4001.2	2303.9	4218.8	1948.4	213.4	92.6	120.8	162.3	6.8	81.8	2.3	80.5	4.4	2054	2054	2784	1529	-3.9
Bangladesh	137299	49461	70040	37330	67259	12131	2622													5.7
Barbados		145.5		74.6		70.9	25.4	13.4	12.0	16.0	4.3	7.1	1.5	8.9	2.8	284.65	423			
Belgium	10707.6	4779.6	5245.8	2631.2	5461.8	2148.4	193.8	86.5	105.3	333.7	11.9	170.4	6.0	163.2	5.9	2295	2295	2593	1970	-2.8
Bolivia	9902.6	4927.4	4786.7	2699.3	5115.9	2228.0	148.9	66.4	82.5	47.47	1.89	24.35	0.85	23.12	1.04	2036	217	2268	1616	3.4
Bosnia and Herzego	3211	1162	1566	729	1645	433										916.90	604			-2.9
Botswana	1702.8	653.2	798.5	332.6	904.4	320.6	10.554	5.213	18.027	94.528	0.790	45.461	0.230	49.067	0.560	1755	181	1946	1623	-3.7
Brazil	159360.8	98845.6	77052.2	55754.1	82308.6	43091.5	3711.3	1490.9	2220.4							733.40	319	810.53	651.29	-0.6
Bulgaria	7672.8	3492.8	3714.4	1852.2	3958.4	1640.6	134.8	60.3	74.5	599.2	16.1	328.7	8.8	270.4	7.2	342	175	382	310	-4.9
Burundi		2779.8		1316.9		1462.9	80.7	69.8	10.9	14.5	1.5									3.5
Cambodia		7557.6		3823.5		3734.1										270000	50			-1.9
Cameroon	15292.0	5883.2					205.5			7.2	0.8									2.0
Canada		18245.1		9654.0		8591.2	915.1	383.0	532.1	1119.3	48.5	632.6	23.4	486.6	25.1	605.69	1803			-2.5
Cape Verde	3415	120.6	161.5	75.8	180.0	44.8	17.4	8.3	9.1											2.8
Chile	16660	6944	8247	4426	8413	2518	1780.3	761.6	1018.7	544.7	89.8	306.7	30.0	238.0	59.8	359010	557			-1.5
China	1328020	792430	683570		644450		25704.3													9.1
Colombia	43258.6	19671.4	21333.6	11644.0	21925.0	8027.4	1375.2	597.7	777.5	2878.1	661.2	1274.0	134.0	1604.1	527.2	899250	378	1153220	780068	0.8
Congo, RD	3231.3		1573.7		1657.7															2.7
Costa Rica	4533.2	2059.6	2246.5	1283.0	2286.7	776.6	83.6	44.2	39.4	101.9	2.5	53.5	0.7	48.4	1.8	619193	915	702237	457582	-1.5
Croatia	4231.2	1784.8	2003.8	973.0	2227.4	811.8	73.4	34.5	38.9	149.2	5.0	67.9	1.0	81.3	4.0	7080	934	7486	6586	-5.8
Cuba	11236.1	5027.9	5627.9	3115.1	5608.2	1912.8										385	286			4.3
Cyprus	758.3	397.4	371.4	219.2	386.9	178.2	19.3	9.6	9.6	14.5	0.9	7.0	0.4	7.6	0.4	1202.85	2626	1332.06	1023.07	-1.0
Czech Republic	10421.8	5232.3	5107.2	2965.8	5314.6	2266.5	207.0	98.8	108.2	230	8	103	4	127	4	26367	1054			-4.2
Côte D'Ivoire	15366.7	6248.1	7844.6	3927.5	7522.0	2320.6														3.6
Denmark		2925.8		1544.4		1381.4	133.6	67.6	66.0	98.380	4.940	47.077	2.000	51.303	3.106	272.61	5427	288.16	255.14	-4.9
Ecuador	10781.6	3660.2	5423.5	2562.5	5358.1	1097.7	170.0	66.7	103.2	341.8	7.1	143.4	2.1	198.4	5.0	384.02	285			0.4
Egypt	73424.0	23859.0	37532.4	18167.0	35891.6	5692.0	541.5	53.5	488.0	2134.9	2.7	1077.4	1.2	1057.5	1.5	137	68	138	129	4.6
El Salvador	6098.7	2585.7	2875.2	1528.4	3223.5	1057.3				175.7	19.5	119.9	7.3	55.8	11.9	312.10	232	452.60	244.10	-3.5
Estonia	1340.9	694.9	617.4	351.2	723.5	343.7	33.5	9.9	23.6	17.3	0.6	5.2	0.3	12.1	0.3	11035	689			-14.1
Ethiopia	63228.6	33088.8	31281.4	17288.2	31947.2	15800.6	438.7	303.5	135.2											8.7
Finland	5313	2703	2604	1400	2709	1303	158	62	96	172	14	85	5	87	9	2559	2559	2859	2349	-8.0
France		27983.5		14687.9		13295.6	1161.8	514.3	647.5							1315	1315	1582	1108	-2.6
German	82135	41875	40231	22878	41904	18997	2112.0	910.0	1202.0	3141	185	1690	95	1451	105	17.65		19.58	14.68	-4.7



(continuação)

<b>Rwanda</b>		2941.7		1314.7		1627.0	73.6	58.5	15.1							34367	42			4.1
<b>São Tomé and Príncipe</b>		35.382		23.482		11.900	5.8	3.8	2.0											4.0
<b>Serbia</b>	7528.3	3267.1	3646.5	1828.8	3881.8	1438.3	135.2	53.6	81.6	445.4	11.4	217.5	6.2	227.9	5.1	44281	402			-3.0
<b>Singapore</b>		1928.3		1093.2		835.1	217.3	44.8	172.5											-1.3
<b>Slovakia</b>		2689.0		1488.0		1201.0	101.7	49.8	52.0	257.5	7.9	124.6	3.7	132.8	4.2	16909	717			-6.2
<b>Slovenia</b>	2010.4	1035.0	987.0	562.0	1023.4	473.0	44	23	20	48	2	20	1	28	1					-7.8
<b>South Africa</b>	48683.0	17788.0	23443.0	9589.0	25240.0	8199.0	3856	1346	2510							10927	1069			-1.8
<b>Spain</b>	45328.7	22848.2	22411.6	13031.7	22917.1	9816.5	923.0	426.6	496.3	2590.6	70.3	1311.3	31.9	1279.6	38.4	10.31	1361			-3.6
<b>Sri Lanka</b>							1120.6	709.8	410.8											3.5
<b>Sweden</b>		4898		2574		2324	248	117	130							121.30	1707	123.60	118.10	-5.1
<b>Switzerland</b>		4375		2356		2020										6507	5400	7454	5587	-1.9
<b>Syria</b>		5432		4545		886	402.2	334.6	67.6							11611	153	11430	12058	4.0
<b>Thailand</b>	66511.7	38344.7	32686.7	20691.1	33825.0	17653.6	4584.4	2156.9	2427.5							8476.8	208	9652.4	7081.3	-2.2
<b>Tunisia</b>	10328.9	3603.8					217.8													3.1
<b>Turkey</b>	49905.0	24289.0	24756.0	17902.0	25150.0	6389.0	583.0	87.0	496.0	1774	142	1275	102	499	41	848716	359			-4.7
<b>United Arab Emirates</b>	3.503.345	1.923.214	2.157.706	1.531.424	1.345.639	391.790	59.267	50.176	9.091	79.788	0.800	55.422	0.647	24.336	0.153					-0.7
<b>United Kingdom</b>	59743.7	30575.0	29314.7	16537.0	30429.0	14038.0	632.2	806.0	826.2	1643	72	969	39	674	33	13.00	2491	14.09	11.13	-4.9
<b>United States</b>		147401.0		78979.0		68422.0	13056.0	6752.0	6304.0	8378	1884	4597	729	3781	1155	15.24	1649			-2.6
<b>Uruguay</b>	3.323.906	1.631.353	1.605.466	912.949	1.718.440	718.404	465.1	176.2	288.9	167.7	44.8	74.7	10.0	93.0	34.8					2.9
<b>Venezuela</b>	27843.4	12736.1	13965.2	7770.8	13884.2	4965.2	2555.2	1141.7	1413.5							104504	37			-3.3

(continuação)

País	GDP per	GDP per	Expense: Agricultu	Services	GINI Inde	% Popula	Literacy	Literacy	Literacy	[% gross]	School en	% GDP	anism	Islam	dismo	nostic	jonist	lewish	Univ	Hindu	Centra	Nr. ONI
Afghanistan	486		22.99	33	45		36	28	43.14	12.59	1.95	0.54		0	1	0	0	0	0	0	0	16
Algeria	4,029	8,051	23.86	12	34	35.33	23	75.39	84.27	66.43	20	28.02	11.1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Andorra	44,291				31		8				9.02	13.1		1	0	0	0	0	0	0	0	0
Angola	4,081	2,814		10		58.64	40.50	67.41	82.9	54.21	1	0.66	9.0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Anguilla														1	0	0	0	0	0	0	0	0
Argentina	7,626	27,578	18.29	8	61	48.81	13.90	97.64	97.61	97.68	54.13	82.45	31.6	1	0	0	0	0	0	0	0	68
Armenia	2,826	32,048	20.69	21	45	30.25	26.50	99.48	99.68	99.32	31.06	84.49	16.4	1	0	0	0	0	0	0	0	19
Australia	42,279	49,615	23.62	3	68	35.19					65.97	84.49	27.1	1	0	0	0	0	0	0	1	1126
Austria	45,562	48,121	38.37	2	69	29.15	6				45.74	55.07	42.8	1	0	0	0	0	0	0	1	134
Bangladesh	551	3,722	10.86	19	53	31.02	36.30	53.48	58.67	48.05	8.95	4.95	8.6	0	1	0	0	0	0	0	0	290
Barbados	14,05	20,824	40.11										32.3	1	0	0	0	0	0	0	0	13
Belgium	43,671	55,448	42.53	1	78	32.97	15.20				55.14	69.27	43.2	1	0	0	0	0	0	0	1	391
Bolivia	1,758	7,56	21.81	14	50	57.19	60	90.74	96.04	85.99	41.58	34.98	22.6	1	0	0	0	0	0	0	0	247
Bosnia and Herzego	4,525	26,811	38.87	8	64	36.26	25	96.66	99.03	94.36			37.0	0	1	0	0	0	0	0	1	55
Botswana	6,064		29.25	3	57	60.96	30.30	82.85	82.79	82.91	5.18	5.18	30.4	1	0	0	0	0	0	0	0	31
Brazil	8,23	13,23	25.02	6	69	55.02	26				26.26	33.85	34.3	1	0	0	0	0	0	0	1	337
Bulgaria	6,423	16,896	30.91	6	64	29.24	14	98.28	98.64	97.93	44.88	54.81	25.7	1	0	0	0	0	0	0	0	107
Burundi	160		20.65			33.27	68				3.25	1.4	18.1	1	0	0	0	0	0	0	0	7
Cambodia	706	4,029	8.59		42	44.2	31	76.32			9.1	4.88	9.4	0	0	1	0	0	0	0	0	303
Cameroon	1,136	2,991	12	19	50	44.56	48	67.9	77	59.8	8.72	6.91	10.3	1	0	0	0	0	0	0	0	535
Canada	39,599	49,077	17.76	2	67	32.56	10.80				53.01	71.97	31.1	1	0	0	0	0	0	0	1	4443
Cape Verde	3,064		25.77	9	71	50.4	30	83.78			10.64	13.17	20.6	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Chile	9,644	30,457	19.68	3	55	52	18.20	96.54	96.59	96.5	51.87	52.26	16.1	1	0	0	0	0	0	0	0	202
China	3,744	10,378	11.37	10	43	41.53	2.80	93.31	96.46		22.09	22.01	17.5	0	0	0	1	0	0	0	0	984
Colombia	5,126	17,679	23.7	7	58	58.49	46.80			92.85	35.53	35.18	15.0	1	0	0	0	0	0	0	0	361
Congo, RD	160	640	8.11	43	33	44.43		67.17	80.91		6.02	2.1	8.6	1	0	0	0	0	0	0	0	45
Costa Rica	6,386	17,461	22.5	7	66	48.91	16	95.95	95.73	96.17	22.53	28.3	13.8	1	0	0	0	0	0	0	0	380
Croatia	14,222	24,295	34.71	7	66	29.03	17	98.72	99.46	98.04	42.4	51.84	19.1	1	0	0	0	0	0	0	0	142
Cuba	5,596			5	75			99.79	99.81	99.78	91.16	153.74	21.2	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Cyprus	31,28	34,755	60.34	2	78			97.72	98.97	96.57	36.29	36.06	25.8	1	0	0	0	0	0	0	0	22
Czech Republic	18,139	25,059	34.13	2	60	25.82					48	60.94	34.8	1	0	0	0	0	0	0	0	92
Côte D'Ivoire	1,106			24	50								16.5	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Denmark	55,992	46,258	36.49	1	77	24.7	12.10				66.93	94.15	48.2	1	0	0	0	0	0	0	0	170
Ecuador	4,202	12,403	26.3	6	71	54.37	35.10			81.68	31.82	38.91	17.9	1	0	0	0	0	0	0	0	505
Egypt	2,27	13,248	30.42	14	49	32.14	20	66.37	74.62	57.81	19.88	10.69	15.3	0	1	0	0	0	0	0	0	233
El Salvador	3,424		18.5	12	60	46.85	30.70	82.03	84.86	79.66	23.48	25.54	14.0	1	0	0	0	0	0	0	1	67
Estonia	14,238	42,689		3	68	36	19.50	99.79	99.77	99.81	49.56	81.19	34.7	1	0	0	0	0	0	0	0	36
Ethiopia	344	1,883	20.67	51	39	29.76	38.70	35.9	50	22.8	5.49	1.71	8.6	1	0	0	0	0	0	0	1	105
Finland	44,581	50,56	33.81	3	69	26.88					84.32	103.7	43.1	1	0	0	0	0	0	0	0	73
France	41,051	55,052	44.4	2	79	32.74	6.20				48.09	61.45	41.9	1	0	0	0	0	0	0	1	898
Germany	40,67	42,588	29.02	1	73	28.31	11						37.0	1	0	0	0	0	0	0	1	768



